



**( Sociedade Aberta )**

# RELATÓRIO E CONTAS

## 1<sup>o</sup> semestre de 2007

CAPITAL SOCIAL: 5.000.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O Nº 2 184

PESSOA COLECTIVA Nº 500 166 587



**LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E  
ARTES GRÁFICAS, S.A.**

Rua Consiglieri Pedroso, 90  
Casal de Santa Leopoldina  
Queluz de Baixo  
2730-053 Barcarena

Capital Social: 5.000.000 €

***Matriculada na Conservatória do Registo  
Comercial de Cascais sob o n.º 2 184***

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

**ORGÃOS SOCIAIS**  
*Mandato 2007 - 2010*

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente: Jorge Manuel Sénica Galamba Marques  
Vice-Presidente: Manuel Guilherme Pardal Monteiro Magalhães  
Secretário: João Paulo Malhadas Teixeira

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: António Pedro Marques Patrocínio  
Vogais: José Luis André Lavrador  
José Pedro Brás Monteiro

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, representada por  
Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)  
Vogais: José Manuel Varandas Marques  
Filipa Cordeiro  
Suplente: Isabel Maria Soeiro Nazaré Camacho

**REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

Deloitte & Associados, SROC, S.A., inscrita na CMVM sob o nº 231, representada por  
Paulo Jorge Duarte Galvão André, (ROC nº 979)

**EXERCÍCIO DE 2007**

**1º SEMESTRE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nos termos da lei, designadamente do que está contido no Art. 246º do Código do Mercado de Valores Mobiliários e do Regulamento 00/11 da CMVM, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e restantes documentos de prestação de contas reportados a 30 de Junho de 2007.

Toda a informação constante deste Relatório e das Demonstrações Financeiras em que está suportado respeitam à actividade e resultados da Empresa, em termos individuais, durante o 1º semestre do exercício referido.

**1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA**

**1.1. EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA**

Em termos globais, o crescimento económico mundial abrandará em 2007, embora permanecendo em níveis elevados para os padrões históricos. A expansão será mais homogénea, entre os principais blocos mundiais. A inflação permanecerá benigna, beneficiando da moderação da procura e do comportamento mais moderado do preço do petróleo. A globalização e a intensificação das trocas internacionais permanecem como os principais motores de crescimento, assim como o investimento, assente em balanços mais saudáveis e na acumulação de avultados meios libertos.

Nos EUA a taxa de crescimento trimestral anualizado do PIB no 1º trimestre de 2007 foi revista em baixa, de 1.3% para 0.6%, equivalente a uma expansão em cadeia de apenas 0.15%. Para além da contracção em investimento residencial, a variação das existências e o abrandamento das exportações justificaram a revisão em baixa.

Mas a robustez da economia continua a prevalecer, apesar da debilidade evidenciada pelos números oficiais do PIB; a perda de riqueza motivada pela queda do mercado da habitação e pelo aumento das taxas de juro tem sido compensada pela remuneração do trabalho e também pelos ganhos expressivos no mercado bolsista, indiciados pela evolução do índice Dow Jones que cresceu no semestre 7,6% ( de 12.463,15 em 31/12/06, para 13.408,62 em 29/06/07).

Na Zona Euro consolida-se o sentimento optimista estrutural para a região, assente nos ganhos de produtividade (sobretudo na economia alemã), na saúde financeira do sector empresarial, no aumento de emprego e na melhoria da confiança das famílias.

A evidência de uma tendência favorável sustentada na economia alemã justifica o optimismo para a região e a expectativa de uma menor vulnerabilidade face aos riscos de arrefecimento da economia global.

No 1º trimestre de 2007 o PIB aumentou 0.6% em cadeia face ao trimestre anterior e 3% em termos homólogos, sobressaindo a aceleração do investimento.

Reflectindo o bom clima económico vivido na Zona Euro e as boas perspectivas alimentadas pelos sinais de retoma em tal zona económica, evoluíram em sentido positivo os índices bolsistas respectivos como podemos ilustrar com as seguintes cotações:

O IBEX 35 (Madrid) cresceu no semestre cerca de 5,3% (de 14.146,5 em 31/12/06, para 14.892 em 29/06/07), enquanto que o DAX de Frankfurt valorizou cerca de 21,4% (de 6.596,92 em 31/12/06, para 8.007,32 em 29/06/07); por seu turno o CAC40 (Paris) valorizou cerca de 9,3% (de 5.541,76 em 31/12/06, para 6.054,93 em 29/06/07), enquanto que o FTSE 100 (Londres) cresceu cerca de 6,2% (de 6.220,8 em 31/12/06, para 6.607,9 em 29/06/07).

A economia portuguesa manteve, na primeira metade de 2007, a tendência de recuperação gradual observada no final de 2006. Após um crescimento homólogo do PIB de 2% nos primeiros três meses do ano, registou-se um ligeiro abrandamento no 2º trimestre, permitindo que se alcançasse no período o melhor registo desde o início de 2002.

A tendência registada deverá permitir ao Executivo cumprir as metas previstas até ao final do ano, que correspondem a um crescimento da riqueza nacional à volta de 1,8%.

O bom comportamento do investimento empresarial foi fundamental para atenuar a desaceleração de crescimento da economia no segundo trimestre, visto que compensou o considerável abrandamento que se tem vindo a registar nas exportações, no mesmo período.

De facto, a procura externa líquida verificou um contributo de 1.9 pontos percentuais para o crescimento do PIB (1.4 pp no trimestre anterior), traduzindo o elevado diferencial de ritmos de crescimento entre as exportações e as importações (8,1% e 1,9%, respectivamente). Esta forte expansão das exportações, que prolonga o bom desempenho ocorrido ao longo de todo o ano de 2006, decorre da conjuntura muito favorável que a Zona Euro vem registando (crescimento homólogo de 3%, após 3,3%, no último trimestre do ano passado), em particular nos nossos principais destinos, Espanha (4.1%) e Alemanha (3.6%).

A procura interna manteve-se praticamente estagnada (crescimento homólogo de 0.1%), no que constitui a apreciação menos favorável do desempenho da actividade, com o consumo público e o investimento a contraírem-se uma vez mais. Se por um lado, as despesas das administrações públicas se encontram em linha com os esforços de consolidação orçamental necessários ao país, o investimento, por outro lado, registou uma contracção e 2.3% em termos homólogos, o que perfaz mais de dois anos de quedas.

Assinala-se no 2º trimestre a recuperação do investimento privado que indicia condições para uma retoma mais sustentada e sólida, sinónimo de condições para a criação de emprego.

Os bons sinais do lado do investimento são cada vez mais fortes, apontando a estimativa do INE para um crescimento de 6,6% no ano de 2007.

O consumo privado, por sua vez, registou um crescimento de 1.2% com a componente de bens de consumo duradouro (automóveis e outros) a registar um crescimento de 0.1%, o que representou uma aceleração face ao trimestre anterior., constituindo a componente da despesa com a performance menos positiva.

A confiança dos consumidores teima em não melhorar, o que se tem reflectido na desaceleração continuada que o indicador coincidente do Banco de Portugal tem evidenciado e na queda, em termos reais, das vendas a retalho em Abril e Maio, isto apesar de o indicador de clima económico, divulgado pelo INE, ter apresentado uma melhoria nos dois meses mais recentes (Abril e Maio). O elevado nível de endividamento que as famílias portuguesas apresentam, a manutenção de uma postura mais agressiva na política monetária por parte do BCE, com subida nas taxas directoras e no custo do crédito, e o nível alto da taxa de desemprego constituem motivos para a evolução menos favorável do consumo privado.

A despeito da melhoria verificada na actividade a taxa de desemprego agravou-se de 8.2% para 8.4% da população activa, entre o quarto trimestre de 2006 e o primeiro deste ano, atingindo cerca de 470 mil trabalhadores.

A recuperação global da actividade no 1º semestre não impediu uma tendência de desaceleração dos preços, com a taxa média de inflação a recuar de 3.1% em Dezembro de 2006 para 2.7% em Maio de 2007. Em função da evolução dos preços na primeira metade de 2007, é expectável uma taxa média de inflação do ano em torno de 2.5%, abaixo do registo de 3.1% em 2006, mas revisto em alta face à previsão inicial de 2.3%.

A economia portuguesa foi também caracterizada, no 1º semestre de 2007, por uma diminuição das necessidades de financiamento externo; de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais divulgadas pelo INE, estas desagravaram-se de 7.7% do PIB no 4º trimestre de 2006 para 6.9% do PIB no 1º trimestre de 2007, sugerindo que as necessidades líquidas de financiamento externo rondem os 6.5% do PIB no final do 2º trimestre.

Depois de revisto de 4.6% para 3.9% do PIB o défice público, relativamente a 2006, tal indicador foi revisto para 3.3% do PIB para 2007.

A receita fiscal do Estado registou um crescimento homólogo de 8.6% no primeiro semestre do ano, assentando o comportamento desta variável no crescimento dos impostos directos e indirectos de 12.8% e 5.7% com particular realce para o crescimento da colecta de IRC (29.1%). Entretanto, a despesa corrente primária do Estado registou um crescimento homólogo de 3.8% nos primeiros seis meses do ano, evolução que resultou essencialmente do comportamento das despesas com pessoal.

Estas performances em matéria de receitas fiscais e despesas públicas, bem como os indicadores persistentes de recuperação da actividade alimentam a expectativa de que seja possível situar o défice no final do ano a níveis próximos ou abaixo dos 3% do PIB meta que, a confirmar-se, constituiria um desfecho muito favorável e colocaria Portugal fora do grupo dos países com défice excessivo.

## 1.2. GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, bem como todas as recomendações constantes de documentos posteriores e as regras sobre *governance* dimanadas entretanto da CMVM e, designadamente o Anexo descritivo do esquema de Relatório que se deve realizar, a LISGRÁFICA dá conta, nas alíneas seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos que importam.

### 1.2.1. – Divulgação de Informação

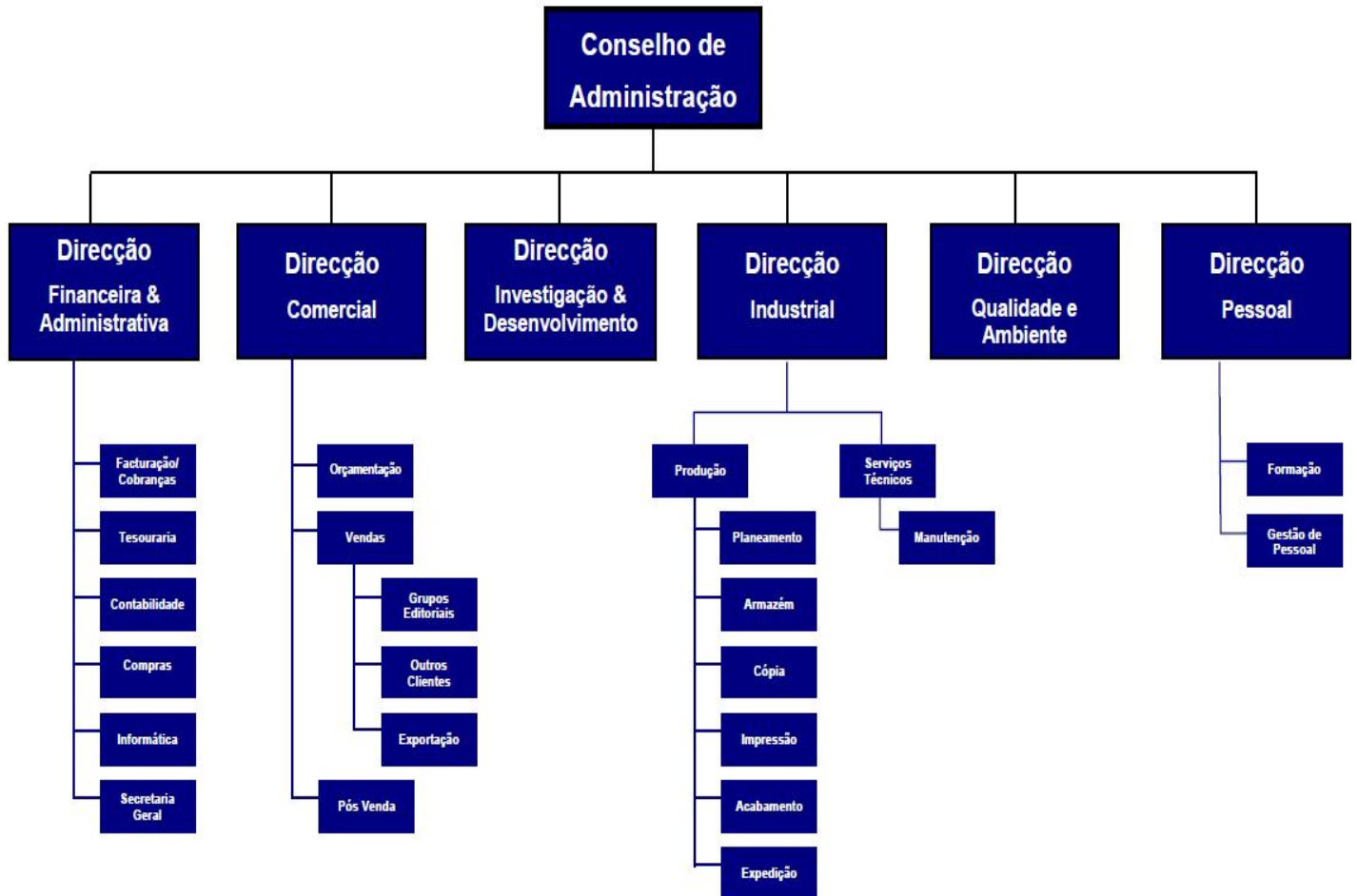
1. A Administração funciona de forma colegial, reportando a ela directamente e sem ligação directa de pelouros, 6 Direcções: Comercial, Financeira e Administrativa, Pessoal, Qualidade e Ambiente, Investigação e Desenvolvimento e Industrial, com os diversos Serviços que estão ilustrados no Organigrama que figura abaixo e está em vigor desde Dezembro de 2004, com ajustamentos recentes.

O Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida da sociedade, como é sua Obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com alguma importância. O Conselho está em contacto quase permanente com as Direcções e recebe uma informação constante que lhe permite gerir a sociedade com pleno conhecimento das circunstâncias, bem como os resultados do permanente controlo realizado pelas Direcções de Qualidade e ao qual nos referimos no ponto 1.2.3.2.

O Conselho tem como objectivo o planeamento, gestão e a coordenação da sociedade, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

O Conselho reúne com enorme frequência, o que não só é facilitado pelo reduzido número dos seus membros, todos executivos, como pela proximidade geográfica dos respectivos gabinetes, mais de uma vez por semana, e também com frequência com outros membros da hierarquia, designadamente com os directores dos departamentos.

Com carácter mais formal, o Conselho reúne no mínimo uma vez por mês.



2. Não há comissões criadas na sociedade.

3. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta designadamente:

- (a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
- (b) o anúncio de resultados;
- (c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

Tem sido apresentado sistematicamente no capítulo 1.2 Governo das Sociedades dos Relatórios e Contas Anuais e Semestrais, gráficos ilustrativos da evolução da cotação das acções da Empresa no ano/semestre em causa e no mesmo capítulo alude-se à política de dividendos da sociedade, afirmando-se designadamente que nos dois exercícios seguintes à entrada em bolsa – 1999 e 2000 – foram distribuídos dividendos representando cerca de 0,40 euros/acção, política abandonada em 2001 por força da prolongada e grave crise económico-financeira que se verifica desde então, e ainda subsiste, que redundou em sucessivos exercícios deficitários e na queda dos capitais próprios que conduziu à deliberação recente de redução e aumento de capital.

Como política de princípio pode dizer-se que existe a intenção de distribuir lucros quando e sempre que for possível sem com isso afectar a segurança económico-financeira da empresa.

Pensamos ainda que a evolução das cotações ao longo do tempo estará mais ligada às características do mercado accionista periférico e à baixa liquidez do mesmo, do que à política de distribuição de dividendos e ao valor da empresa.

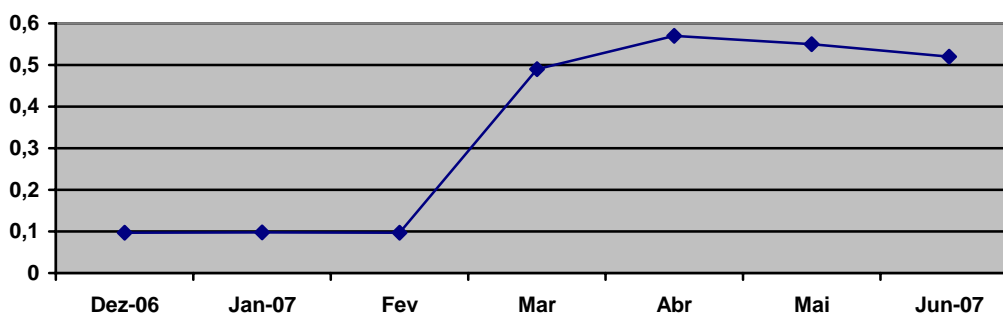
Tendo sido deliberado em 7/11/06 proceder à redução do capital social da sociedade de 20 milhões de Euros para 200 mil Euros, através da redução do valor nominal das acções de 5 Euros para 0,05 Euros, para cobertura de prejuízos, seguida do aumento para 5 milhões de Euros através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros através da emissão de um máximo de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador com valor nominal unitário de 0,05 euros cada, com subscrição reservada a accionistas.

O exercício dos direitos de subscrição decorreu entre 16 e 30 de Março de 2007, tendo os resultados da oferta e rateio sido divulgados no dia 4 de Abril de 2007, tendo todas as acções objecto de oferta sido totalmente subscritas.

Em 2 de Abril de 2007 a empresa apresentou o pedido de admissão à negociação na Euronext das 96 milhões de acções a emitir na sequência do aumento de capital.

Em 13 de Março passaram a ser negociadas em mercado primário os 4 milhões de acções antigas, com valor nominal já reduzido para 0,05 Euros/acção, ainda que para efeitos de análise comparativa consideremos tal pressuposto desde o início do ano.

A evolução da cotação das acções ao longo do 1º semestre do exercício de 2007 pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia manutenção entre 29/12/06 e 13/03/07 em valores à volta de 0,097 euros, seguidos de uma valorização para 0,49 euros em 30/03/07 com subida até 0,52 euros em 29/06/07, sendo que a análise da evolução no período semestral deva tomar em consideração o ajustamento derivado da redução do valor unitário da acção e o respectivo aumento do número de acções representativo do novo capital.



4. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
5. Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.
6. Gabinete de Apoio ao Investidor: O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, pessoa com particular competência para a área financeira e económica, cabendo-lhe atender todos os Accionistas e, mesmo apenas, interessados em informações sobre a Sociedade.  
O acesso é normal, bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.  
Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer através de contactos com a Comunicação Social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

O referido Representante é o Senhor Dr. José Luís André Lavrador.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade; está em preparação e desenvolvimento, no mesmo sítio, um conjunto de outras informações sobre as capacidades comerciais e industriais da Lisgráfica, que esperamos fique operacional no decurso do corrente exercício.

O endereço electrónico do sítio é [www.lisgrafica.com](http://www.lisgrafica.com)

7. Não existe comissão de remunerações do órgão de administração na Sociedade, nem tal se tem revelado necessário, ainda que a recente alteração do Pacto Social tenha deixado aberta a possibilidade da sua criação futura. A fixação das remunerações dos Órgãos de Administração tem sido feita em Assembleia Geral, nos termos do artigo 10º do pacto social.

8. A seguir indicamos os montantes pagos no semestre:

- Remuneração do Conselho de Administração    Euros 96.891
- Remunerações ao Conselho Fiscal                    Euros 12.300
- Remunerações ao Auditor Externo                  Euros 10.000

A remuneração colectiva do órgão de administração foi de Euros 96.891, tendo apenas componente fixa, ainda que os estatutos prevejam no nº1 do artigo 10º a possibilidade de atribuição de percentagem sobre os lucros, circunstância que a realidade da operação tem impossibilitado. Deste modo, a remuneração atribuída semestre aos três membros do órgão de administração, no valor global acima referido teve carácter exclusivamente fixo.

Por outro lado, a qualificação do desempenho, quer do órgão de administração, quer do órgão de fiscalização é anualmente feita em assembleia geral não estando regulamentada qualquer ligação entre a remuneração e o desempenho.

Não estão contemplados quaisquer prémios e/ou incentivos não pecuniários ligados ao desempenho ou performances alcançadas, atribuíveis ao órgão de administração.

Não ocorreram quaisquer pagamentos por outras sociedades em relação de domínio ou grupo.

O montante da remuneração indicada para o Auditor Externo respeita, integralmente, à prestação de serviços de revisão legal de contas.

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatutária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência, a não ser que se considere o facto de não existir boletim de voto para o voto por correspondência. O voto por correspondência não está previsto mas também não é excluído nos estatutos, e o seu exercício consta expressamente na convocatória das Assembleias Gerais, passando a reger-se nos seguintes termos, após a recente alteração dos estatutos:

*“ Os Senhores accionistas terão direito a um voto por cada 2.500 acções que detenham, e podem votar por correspondência devendo, neste caso, a declaração de voto (que deve indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita) ser enviada para a sede social em sobrescrito fechado e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião. O escrutínio dos votos recebidos por correspondência será feito no início da reunião, devendo os mesmos ser apresentados pelo Secretário da Sociedade, que assegurará a sua confidencialidade, seguindo-se em tudo o mais o prescrito nas Recomendações de 26 de Fevereiro de 2001 pela CMVM”.*

2/3. Como se refere acima, não existe propriamente um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, mas também não foi ainda necessário, isto é, ninguém o solicitou até à data, e não existe ainda possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

4/5. A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral está estabelecida nos estatutos, e é dois dias, após a recente alteração dos estatutos, dando eco às recomendações da CMVM. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção está incluído na convocatória atrás reproduzida: o voto deve ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto este prazo dentro das recomendações da CMVM.

6. A cada 2.500 acções cabe um voto ( n.º 2 do artigo 8º do Pacto Social ).

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a Lisgráfica ou outros regulamentos internos.

2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas ( actualmente e para o quadriénio 2007/2010 o Auditor Externo, entidade que acumula funções com as de Revisor Oficial de Contas externo ao Conselho Fiscal, é a Delloite & Associados, SROC, S.A., entidade inscrita na CMVM ) e, mensalmente, pelo Presidente do Conselho Fiscal, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração, a quem reporta os resultados das suas acções.

Periodicamente realizam-se também reuniões do Conselho Fiscal, que acompanha a evolução da Empresa.

Para além disto, e em mais detalhe e frequência, a Direcção da Qualidade, no exercício das suas funções, controla mensalmente o cumprimento de indicadores sectoriais que, em colaboração com a Administração/Direcções haviam sido estabelecidos como referências/metast indicativas de eficiência dos vários Serviços.

3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista, salvo os previstos expressamente nos Estatutos da Empresa

Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, S.A.) e a Lisgráfica, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão prestados pela Holding, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica, cujos efeitos foram suspensos nos exercícios de 2005 e 2006 tendo sido retomado em Janeiro de 2007, conforme deliberação de Assembleia Geral de 30/05/07.

1.2.4. – Órgão de Administração

1. a) O Conselho de Administração, cujo limite de membros, conforme recente alteração do pacto social é de sete, é actualmente composto pelas seguintes pessoas, com mandato conferido em Assembleia Geral de accionistas de 30/05/07 para o quadriénio de 2007/2010:

Presidente:	Engº António Pedro Marques Patrocínio
Vogais:	Dr. José Luís André Lavrador
	Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro

Não existe Comissão Executiva na sociedade e os três membros do órgão de gestão acima identificados desempenham funções executivas não existindo, de momento administradores não executivos, recomendação que a sociedade procurará, de futuro, respeitar; até lá as respectivas competências serão, eventualmente, exercidas por outros órgãos sociais.

Também não existem administradores independentes, no conceito legal, ainda que o Presidente do Conselho de Administração e o vogal José Luís A. Lavrador não tenham interesse, participação ou relações especiais com os accionistas que detêm posição maioritária na sociedade. Apenas o vogal José Pedro Braz Monteiro desempenha funções de administrador e é accionista na Gestprint, empresa Holding.

b) Outras funções em Empresas do mesmo Grupo:

- O Senhor Eng<sup>o</sup> António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Luís André Lavrador é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.” e da “GESTPRINT – SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva além do atrás referido.
3. O funcionamento e frequência de reuniões do Conselho de Administração estão referidos no ponto 1.2.1. desta Informação.
4. A remuneração total ou parcial de todos os titulares do órgão de administração não está dependente dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas.
5. Os custos no semestre com o Conselho de Administração, no que se refere à sua remuneração, foram de Euros 96.891.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A Lisgráfica cumpre, de uma maneira geral, as recomendações da CMVM, com excepção, salvo erro e/ou omissão, os seguintes pontos:

-RECOMENDAÇÃO II-2: Não há praticamente qualquer limitação ao exercício do direito de voto, mas os estatutos da sociedade estabelecem um prazo de 2 dias de antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral.

Também nunca nos foram solicitados boletins de voto para o exercício por correspondência, e quando tal acontecer o exercício do direito de voto não será prejudicado.

-RECOMENDAÇÃO II-7: Não existem comissões de controlo internas com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, mas esta avaliação é feita permanentemente pelo próprio Conselho de Administração, não só em debate frequente entre si sobre estes assuntos, como também em diálogo com a Direcção da Qualidade.

Para além disso, esta avaliação também é realizada pelos representantes da GESTPRINT com quem a Lisgráfica tem um contrato de gestão.

-RECOMENDAÇÃO II-9: A remuneração dos membros do Conselho de Administração é indicada de forma agregada. Na verdade, por um lado, a informação da remuneração individual não diz respeito ao grande público e, quanto aos accionistas, essa informação é do seu conhecimento pois as remunerações são fixadas em Assembleia Geral, devendo acrescentar-se, ainda, a sua disponibilidade para acatar no tocante a tais recomendações designadamente os seguintes pontos:

(i) Tomando boa nota da recomendação respeitante à inclusão de administradores não executivos, a qual de momento não é possível satisfazer, vai a sociedade procurar dar cumprimento no futuro, eventualmente até, se tal se revelar realizável, sendo as respectivas competências exercidas por titulares de outros órgãos sociais;

(ii) Registamos a recomendação relativa ao dever de inclusão de membros independentes, cujo cumprimento está directamente ligado ao ponto anterior;

(iii) Já na assembleia geral realizada em 30/05/07 foi aprovada a alteração de estatutos da sociedade de forma a cumprir a recomendação sobre política de remunerações e igualmente a concretizar melhor esta recomendação agora feita e com vista à apreciação pela próxima assembleia geral anual de accionistas;

(iv) Não existem nos estatutos, nem noutra área da sociedade, quaisquer regras diferentes das legais sobre a nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e a alteração dos estatutos da sociedade.

2. A EMPRESA E A SUA ACTIVIDADE AO LONGO DO SEMESTRE

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

2007, embora permanecendo em níveis elevados para os padrões históricos. A expansão será mais homogénea, entre os principais blocos mundiais. A inflação permanecerá benigna, beneficiando da moderação da procura e do comportamento mais moderado do preço. Em termos globais, o crescimento económico mundial abrandará em do petróleo.

Na Zona Euro consolida-se o sentimento optimista estrutural para a região, assente nos ganhos de produtividade (sobretudo na economia alemã), na saúde financeira do sector empresarial, no aumento de emprego e na melhoria da confiança das famílias.

A economia portuguesa manteve, na primeira metade de 2007, a tendência de recuperação gradual observada no final de 2006. Após um crescimento homólogo do PIB de 2% nos primeiros três meses do ano, registou-se um ligeiro abrandamento no 2º trimestre, permitindo que se alcançasse no período o melhor registo desde o início de 2002, alimentando expectativas de cumprimento das metas previstas até final do ano, que correspondem a um crescimento da riqueza nacional à volta de 1,8%.

Não obstante a continuação de crescimento, a conjuntura económica mundial foi marcada por uma preocupação acrescida dos principais Bancos Centrais com a inflação, a qual determinou uma tendência de maior restritividade das condições monetárias e financeiras nas principais economias desenvolvidas.

Consistente com esta preocupação, o preço do Brent subiu cerca de 21% entre Dezembro e Junho, fixando-se em USD 72,82/barril, enquanto o BCE elevou a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 50 pontos base, de 3,5% para 4%, o que se traduziu numa subida da taxa de juro Euribor a 3 meses de 3,725% para 4,175%, a seis meses de 3,853% para 4,315%, e a 12 meses de 4,028% para 4,528%, determinando que a relação Euro/Dólar evoluísse de 1,3189 em finais de Dezembro para 1,3538 em finais do semestre.

Reflectindo o bom clima económico vivido na Zona Euro e as boas perspectivas alimentadas pelos sinais de retoma em tal zona económica, evoluíram em sentido positivo os índices bolsistas respectivos como podemos ilustrar com as seguintes cotações:

O IBEX 35 (Madrid) cresceu no semestre cerca de 5,3% (de 14.146,5 em 31/12/06, para 14.892 em 29/06/07), enquanto que o DAX de Frankfurt valorizou cerca de 21,4% (de 6.596,92 em 31/12/06, para 8.007,32 em 29/06/07); por seu turno o CAC40 (Paris) valorizou cerca de 9,3% (de 5.541,76 em 31/12/06, para 6.054,93 em 29/06/07), enquanto que o FTSE 100 (Londres) cresceu cerca de 6,2% (de 6.220,8 em 31/12/06, para 6.607,9 em 29/06/07).

A evolução da cotação das acções ao longo do 1º semestre do exercício de evidência manutenção entre 29/12/06 e 13/03/07 em valores à volta de 0,097 euros, seguidos de uma valorização para 0,49 euros em 30/03/07 com subida até 0,52 euros em 29/06/07, sendo que a análise da evolução no período semestral deva tomar em consideração o ajustamento derivado da redução do valor unitário da acção e o respectivo aumento do número de acções representativo do novo capital, continuando a tratar-se de um título com liquidez reduzida e integrado num mercado cada vez mais periférico.

O Sector vive, assim, ainda um período difícil, condicionado pela continuação do forte dinamismo editorial com sinais de concentração, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços entre unidades nacionais e estrangeiras e de uma acentuada concorrência estrangeira, em particular de Espanha e pela expectativa quanto ao reforço de investimento.

Enquadrada que foi a conjuntura em que a actividade decorreu, assinalemos as principais ocorrências do semestre.

Tendo sido deliberado em 7/11/06 proceder à redução do capital social da sociedade de 20 milhões de Euros para 200 mil Euros, através da redução do valor nominal das acções de 5 Euros para 0,05 Euros, para cobertura de prejuízos, seguida do aumento para 5 milhões de Euros através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros através da emissão de um máximo de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador com valor nominal unitário de 0,05 euros cada, com subscrição reservada a accionistas.

O exercício dos direitos de subscrição decorreu entre 16 e 30 de Março de 2007, tendo os resultados da oferta e rateio sido divulgados no dia 4 de Abril de 2007, tendo todas as acções objecto de oferta sido totalmente subscritas. Em 2 de Abril de 2007 a empresa apresentou o pedido de admissão à negociação na Euronext das 96 milhões de acções a emitir na sequência do aumento de capital.

Em 13 de Março passaram a ser negociadas em mercado primário os 4 milhões de acções antigas, com valor nominal já reduzido para 0,05 Euros/acção, ainda que para efeitos de análise comparativa consideremos tal pressuposto desde o início do ano, sendo que a admissão à negociação dos novos títulos foi concedida em 30 de Julho.

Na sequência da operação imobiliária concretizada com o ESAF em Julho de 2004, continua em desenvolvimento um projecto imobiliário visando as áreas não necessárias à operação industrial, cujo estudo prévio deu já entrada na Câmara Municipal de Oeiras, que aguarda decisão; a decisão que recair sobre tal projecto terá impacto no “quantum” da renda face à comercialização dos lotes que vierem a ser autorizados, havendo manifestação de interesse de vários candidatos aos módulos que vierem a ser aprovados.

Foi subscrito com data de 31/7/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e o Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas, resultou um esquema prestacional mensal iniciado em Setembro/05, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de imobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

No quadro deste acordo foram satisfeitas pela Empresa, durante o primeiro semestre do exercício, prestações representativas de 635 mil Euros, repartidos por 578 mil Euros de capital e 57 mil Euros de juros de mora/compensatórios.

Foi decidido proceder, no semestre, à reafecção de cerca de 2 milhões de Euros de “Provisões para Outros Riscos e Encargos”, constituídas em período anterior, valor que foi alocado como redução de activos a investimentos financeiros e valores a receber associados a uma subsidiária.

As Vendas do semestre registaram uma variação positiva de 1.909 mil Euros, equivalentes a 12,5%, face a semestre homólogo.

Os valores acima ilustram o resultado dos condicionalismos em que a operação se desenvolveu, traduzindo um crescimento de produção de 43 milhões de cadernos, performance que sugeriria um crescimento do valor nominal das vendas muito superior, contrariado pela enorme pressão sobre os preços e margens dos trabalhos por parte dos Editores, face à concorrência, e ainda a suspensão de algumas publicações e as políticas editorial e de distribuição do editores de Listas Telefónicas.

A análise da evolução das Vendas/Facturação, por Família, faz-se em capítulo próprio, cabendo aqui destacar, pelo significado, o contributo trazido para o negócio, ao abrigo de um protocolo, posteriormente transformado em contrato, assinado entre a Lisgráfica e o Grupo Sojornal, envolvendo a impressão do Expresso ( 1º Caderno e Caderno de Economia), bem como Suplementos Comerciais, Courier Internacional e Jornal de Letras, contrato duradouro, renovável e que tem associado a obrigação de instalação de equipamento de impressão adequado por parte da Lisgráfica.

Esta operação constitui sinal de uma parceria conseguida e revela a confiança mútua que existe entre as partes envolvidas.

Comparativamente ao Programa Económico-Financeiro, regista-se um desvio global ainda favorável de cerca de 775 mil Euros. (4,7%).

Aos valores de Vendas acima assinalados haverá que adicionar os Proveitos Suplementares/Operacionais relevados no período que representaram cerca de 610 mil Euros, contra 653 mil Euros em semestre homólogo de 2006 e 825 mil Euros inscritos no Programa Económico-Financeiro para o período correspondente.

Da consolidação de todo o tipo de Proveitos Operacionais (Vendas de Produtos e Serviços/Proveitos Suplementares/Outros proveitos Operacionais) decorre que o primeiro semestre de 2007 revela uma extensão de 17.771 mil Euros, contra 15.905 mil Euros em semestre homólogo de 2006 e 17.212 mil Euros no Programa Económico-Financeiro, evidenciando desvios favoráveis de cerca de 1.865 mil Euros, e 559 mil Euros, respectivamente.

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e à sua adequação às novas condições de laboração, observou-se um agravamento de Custos Operacionais, face a período homólogo, de cerca de 900 mil Euros (5,3%), que contrapõe a um incremento dos Proveitos Operacionais de cerca de 1.866 mil Euros (11,7%), em idênticos períodos.

Este agravamento reflecte-se nos CMVC onde representa cerca de 1,526 milhões de Euros, reflectindo o crescimento das Vendas e a respectiva composição e FSE com uma extensão de cerca de 170 mil Euros, traduz um ligeiro decréscimo nas Amortizações da ordem dos 53 mil Euros, e uma queda mais expressiva em Despesas com Pessoal da ordem dos 794 mil Euros, traduzindo a adequação de efectivos, associada à redução drástica das Indemnizações.

Os Custos Financeiros reflectem um agravamento marginal de cerca de 11 mil Euros, reflectindo ajustamento da taxa de juro e o efeito dos acordos tendentes à regularização da dívida fiscal, enquanto que os Outros Custos Operacionais registaram um incremento ligeiro de cerca de 52 mil Euros

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio desfavorável de cerca de 1,278 milhões de euros (7,7%) e no tocante a Custos Financeiros um desvio desfavorável de cerca de 21 mil Euros.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, ao controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, ao aumento dos níveis de produtividade e eficiência, otimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector, designadamente, flexibilidade/agilidade, independência e equidistância, a par de preocupações pela qualidade e cumprimento dos prazos sem descurar preocupações no âmbito do ambiente e segurança no trabalho.

Este conjunto de medidas conferiu às Contas da sociedade um maior rigor fazendo com que as Demonstrações Financeiras espelhem com maior verdade a realidade da sua situação patrimonial e o resultado das suas operações.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

#### Impressão de Revistas

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2002 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2003, composto por oito rotativas, designadamente 2 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, duplexadas entre si, podendo imprimir em conjunto Listas Telefónicas em cadernos de 64 páginas ou, separadas, imprimir cadernos de 32 páginas de revistas, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 3 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas duas durante o exercício de 2000 e a terceira no exercício de 2002, que imprimem cadernos de 48 páginas, operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam deagrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 50% que, face à conjuntura que vivemos, determina algum excesso de capacidade.

O Departamento dispunha, no final de 2003, de uma capacidade instalada rondando os 700 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 700 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

Tal capacidade foi reduzida no mês de Janeiro de 2004 em consequência de um incêndio que deflagrou nas instalações da Empresa, provocando danos significativos em duas rotativas de 48 páginas; tomadas as medidas convenientes no sentido de minorar os efeitos que tal sinistro provocou, em matéria de cumprimento de contratos com Clientes, foi recuperada a Rotativa nº 9 em cerca de três semanas, enquanto que no que respeita à Rotativa nº 8, parcialmente perdida, foi negociada a respectiva indemnização por parte da Seguradora e encarada a respectiva substituição.

Numa primeira fase, resolveu-se a perda de capacidade produtiva através do recurso a subcontratação no exterior, nomeadamente no tocante a Listas Telefónicas e adiou-se a transferência dos trabalhos da Lusomundo da Naveprinter para a Lisgráfica.

Encarada a substituição da rotativa sinistrada, foi adiada tal decisão, na expectativa da consolidação de diversos projectos futuros, por forma a podermos seleccionar um equipamento adequado à execução desses projectos.

Nessa medida, e como forma de compensar temporariamente a escassez de meios, foi decidido adquirir à Naveprinter, no quadro da sua decisão de encerrar o Departamento de impressão de Revistas, as duas rotativas M850 e M300, tendo sido instalada durante o ano de 2005 a primeira por forma a minorar, em parte, a capacidade perdida e tendo sido alienada a segunda por desnecessária.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

**1. Produção das Rotativas (Mil Cadernos 16 Pág.)**

1º Semestre/2007	1º Semestre/2006
979.825	936.762

Ilustrando os condicionalismos em que se desenrolou a actividade no período, constatamos um acréscimo de produção das Rotativas de 43 milhões de cadernos, em relação a período homólogo de 2006, equivalente a cerca de 4,6%, compreendendo a impressão de Listas Telefónicas a quatro cores.

O Sector de Acabamento de Revistas dispunha, no final do exercício, dos seguintes meios:

Três Linhas “Muller-Martini” modelo 300, uma Linha “Heidelberg”, apoiadas em “backup” por duas máquinas mais antigas, e ainda uma encartadora-envelopadora “Bhurs Zandaam”, uma Linha “Muller-Martini” modelo *Tempo*, com capacidade para 15 mil exemplares/hora e um Sistema de tambor “Feram” com capacidade para 22 mil exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “*Corona*” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “*Image*” montado em linha de alimentação “*Bhurs Zandaam*” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “*Creo Scitex*” tendo, em 2002, tal linha sido complementada com a instalação de uma unidade adicional do mesmo fabricante, linhas substituídas em 2003 por outras mais evoluídas tecnicamente, do fabricante “*Creo*”.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou um crescimento de cerca de 12 milhões de exemplares (9%), enquanto que na Capa Colada a produção se situou a nível idêntico ao verificado no semestre homólogo do ano anterior, à volta dos 8,6 milhões de cadernos.

Por seu turno, o acabamento na Martini de Listas Telefónicas representou, durante o semestre, cerca de 2 milhões de volumes, mantendo um nível semelhante ao ano anterior.

#### *Impressão de Listas*

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas das Páginas Amarelas associada à celebração de um contrato “*Printing Agreement*” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela Entidade em Portugal.

O início da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, despoletado no 2º semestre de 2002 com a Lista Classificada de Lisboa, determinou uma reorganização do nosso Departamento de Impressão, que passou a ocupar-se da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, à custa das duas rotativas Heidelberg M850 duplexadas, bem como das rotativas de 48 páginas Heidelberg Sunday 4000.

O antigo e clássico Departamento de Listas dispõe de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias, ocupando-se exclusivamente da impressão dos cadernos até três cores, bem como do acabamento, havendo coordenação e interacção dos dois Departamentos, sob uma Direcção comum, no sentido da harmonização das produções respectivas.

**Produção de Listas ( Mil Cadernos 16 Pág. )**

<b>1º Semestre/2007</b>	<b>1º Semestre/2006</b>
97.431	152.127

A produção comparada acima referida refere-se à produção de Listas até três cores e indicia uma redução de 55 milhões de cadernos (36%).

Numa perspectiva global da produção, independentemente do Departamento onde são impressas, verificou-se no semestre uma produção total de 2,050 milhões de volumes, para um plano editorial que comporta cerca de 5,5 milhões de livros.

### Investimento

Durante o semestre em análise, o investimento efectuado assumiu a expressão de 259 mil Euros, ressaltando como variações mais significativas as seguintes:

Equipamento de Transporte	74,2 mil Euros
Equipamento Administrativo	2,8 mil Euros
Imobilizações em Curso	166,1 mil Euros
Adiant. Imobiliz. Corpóreas	15,6 mil Euros

Durante o mesmo período, ocorreram regularizações (abates) de cerca de 101 mil Euros na classe Equipamento de Transporte.

As adições mais significativas, ocorridas no período, estão ligadas a despesas incorridas com o aumento de capital, com o projecto de licenciamento industrial e ambiental, com uma grande reparação no Incinerador Epsilon (Imobilizações em Curso) e com aquisição de viaturas.

As reintegrações praticadas no semestre representaram cerca de 2.695 mil Euros.

Tais variações implicaram que o Activo Imobilizado Bruto Técnico se tenha fixado, em 30 de Junho de 2007, em 104 milhões de Euros.

### Finanças

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 913,8 mil Euros; deste valor, 780 mil Euros representam amortização de capital e 133,8 mil Euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 30/06/07 representam um total de 8.233 mil Euros, subdivididos em 3.063 mil Euros qualificados como responsabilidades a um ano e 5.170 mil Euros como responsabilidades a M/L prazo.

Tais valores respeitam, exclusivamente a equipamentos operacionais.

Acrescem responsabilidades com locações operacionais, associadas a viaturas automóveis que, a um ano assumem a extensão de cerca de 86 mil Euros e, a mais de um ano, representam cerca de 121 mil euros, bem como as responsabilidades associadas às Instalações – contrato de locação celebrado em 20/07/04 com o ESAF com o prazo inicial de 15 anos e, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada e faculdade de retoma a partir do 8º ano – que representam cerca de 3.127 mil euros a um ano e 33.866 mil Euros até ao final do contrato sublinhando-se que as responsabilidades futuras, a relevar em Fornecimentos e Serviços Externos, poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objecto de contrato venham a ser parcialmente desafectadas, no quadro de um projecto imobiliário conduzido pelo ESAF em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras.

Durante o exercício não foram celebrados novos Contratos de Locação Financeira.

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 5,5 milhões de Euros e 284,2 mil Euros de juros., ao mesmo tempo que foram liquidadas emissões de Papel Comercial representativas em termos de capital cerca de 1,2 milhões de Euros e, a título de juros cerca de 219 mil Euros.

O valor do esforço ligado a regularização de Passivo Financeiro representou, em consequência, no semestre cerca de 7,5 milhões de Euros que adicionam a cerca de 69 milhões durante os exercícios de 2004/2006; o Passivo Financeiro remanescente representa, em 30/06/07, cerca de 22 milhões de Euros, fixando-se assim em cerca de 30% da respectiva extensão em finais de 2003.

Em Assembleia Geral de accionistas realizada em 7/11/06 foi deliberado, no âmbito da operação harmónio desenhada com o objectivo de reforçar a estrutura de capitais próprios da Lisgráfica e como forma de promover o saneamento e reforçar a viabilidade económico-financeira da Empresa, aumentar o capital social da Lisgráfica de 200 mil Euros para 5 milhões de Euros, através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros, representada pela emissão de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 0,05 Euros cada, com subscrição reservada a accionistas no exercício do direito de preferência.

A aprovação do prospecto da oferta pública ocorreu em 9 de Março, e o mesmo foi divulgado em 12 de Março, sendo que o prazo para o exercício dos direitos de subscrição decorreu entre 16 e 30 de Março, tendo os resultados da oferta e rateio sido divulgados no dia 4 de Abril, tendo todas as acções objecto de oferta sido subscritas.

Em 2 de Abril a Lisgráfica apresentou o pedido de admissão à negociação na Euronext das 96 milhões de acções a emitir na sequência de tal aumento de capital, pedido atendido em 30 de Julho de 2007.

Em resultado da operação acima descrita a Gestprint aumentou a sua participação na Lisgráfica de 73,11% para 82,06%.

A evolução da cotação das acções ao longo do 1º semestre do exercício de 2007 evidencia manutenção entre 29/12/06 e 13/03/07 em valores à volta de 0,097 euros, seguidos de uma valorização para 0,49 euros em 30/03/07 com subida até 0,52 euros em 29/06/07, sendo que a análise da evolução no período semestral deva tomar em consideração o ajustamento derivado da redução do valor unitário da acção e o respectivo aumento do número de acções representativo do novo capital

A admissão à negociação das 96 milhões de novas acções derivadas do aumento de capital ocorreu em 30/07/07, sendo que as novas acções se tornaram fungíveis com as 4 milhões de antigas acções assumindo o código LIG AE.

Pensamos ainda que a evolução das cotações ao longo do tempo estará mais ligada às características do mercado accionista periférico e à baixa liquidez do mesmo, do que à política de distribuição de dividendos e ao valor da empresa.

A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções próprias que detinha no final do exercício anterior a que se juntam 110.713 acções do BCP, registadas em “*Outras Aplicações de Tesouraria*”.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados nos exercícios anteriores e a redução de Meios Libertos da exploração, em consequência da conjuntura, decidiu a gestão, prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras ( Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2007/2008, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios, decorrendo negociações tendentes ao reescalonamento dos Programas de Papel Comercial, Contratos de Empréstimo e/ou Contas Correntes Caucionadas e Contratos de Locação Financeira.

Desenrola-se com normalidade a operação de arrendamento das instalações à ESAF, decorrente da operação imobiliária celebrada em 20/7/04 com a Gespatrimónio, tendo sido suportado no semestre um valor de rendas rondando 1,5 milhões de Euros.

Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de Arquitectura seleccionado pelo ESAF tendo já sido apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço que determinará a desafecção de lotes não necessários à operação industrial e, como consequência a sua afectação a outros fins com redução do valor da renda.

Foi subscrito com data de 31/7/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e o Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas, resultou um esquema prestacional mensal iniciado em Setembro/05, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de imobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

No quadro deste acordo foram satisfeitas pela Empresa, durante o primeiro semestre do exercício, prestações representativas de 635 mil Euros, repartidos por 578 mil Euros de capital e 57 mil Euros de juros de mora/compensatórios.

#### Mercado

As considerações feitas no capítulo 2.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o 1º semestre do ano explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante tal período.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do semestre e indiciam os efeitos resultantes das medidas empreendidas pela gestão no que se prende com a composição qualitativa da Produção e Vendas da Lisgráfica.

O mercado publicitário português cresceu nos primeiros cinco meses do ano tendo o investimento publicitário, a preços de tabela, crescido 3,6%, comparado com período homólogo. Nos cinco meios analisados – televisão, imprensa, “outdoor”, rádio e cinema – foram investidos 1,3 mil milhões de euros, dos quais couberam à televisão cerca de 905 milhões de euros denunciando um crescimento de 2,2%; a imprensa é o segundo meio mais apetecido pelos anunciantes, tendo os jornais e revistas captado investimentos de cerca de 245 milhões de euros e registado o segundo maior crescimento nos cinco meses do ano, cifrado em cerca de 10,3%; a rádio foi o único suporte a registar um crescimento negativo com uma quebra de 2,9% para 56 milhões de euros tendo o cinema, apesar de ser o meio em que os anunciantes menos apostam, sido o meio que registou maior aumento percentual da ordem dos 15,2%, absorvendo cerca de 4,2 milhões de euros.

Registaram-se algumas movimentações indiciando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira, mas no que respeita à Lisgráfica nenhum reflexo destas movimentações se fez sentir, salvo no tocante a preços que importa manter concorrenciais, o que implica cuidados especiais em matéria de produtividade e rentabilidade dos recursos, preocupação acrescida em função da limitação de meios decorrente do sinistro, tendo-se agudizado sobremaneira a concorrência em matéria de preços, esmagando as margens agora já não só na Família de *Folhetos/Catálogos* em que a concorrência é sempre particularmente agressiva.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico, merecendo realce a circunstância de ganhar alguma importância a multiplicação de publicações gratuitas que polarizam uma fatia com algum significado do investimento publicitário, sendo ainda prematuro augurar o futuro de tais iniciativas.

Durante o semestre a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente as revistas mensais “*Secretos de Cocina*” e “*Líneas e Puntos*” variantes de títulos idênticos em língua portuguesa mas traduzidos em espanhol e, portanto, dirigidos ao mercado do país vizinho, editados pela Euroimpala.

Para além destes títulos merece particular referência o início da impressão, nos termos de um protocolo mais tarde transformado em contrato, o “1º Caderno do Expresso”, bem como o “Caderno de Economia”, e ainda o “Courrier” e todos os novos “Suplementos Comerciais” que vierem a ser lançados pela Sojornal, operação que reforça as relações entre as duas Organizações em termos duradouros e indicia uma parceria de sucesso.

Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “Gente Jovem”, “Mega Score e Êxito”, todas editadas pela RGB Editora, a “Revista DEZ”, suplemento semanal do Record, editada pela Edisport, a revista “Xis” suplemento semanal do Público e a revista “24 Horas” suplemento dos domingos do Diário de Notícias, editada pela Global Notícias, projecto que será reformulado.

Entretanto, e no âmbito da operação acordada com a Sojornal, deixaram de ser impressos na Lisgráfica e passaram para outra unidade, os suplementos “Espaços e Casas” e “Emprego”.

Em matéria de Listas Telefónicas, cumpre-se o programa de impressão fixado pelo Editor, estando a funcionar em condições normais a impressão em quadricromia das Listas Classificadas ou Mistas no Departamento de Impressão de Revistas, para o que dispomos das duas M850 duplexadas e das duas Sunday 4000, e para a impressão de cadernos até três cores, continuamos a dispor da Rotativa Harris II do Departamento de Listas Telefónicas, tendo vindo a acentuar-se, em resultado da política editorial e de distribuição do editor, a redução de tiragens e a consequente redução de facturação.

Estuda-se, em conjunto com o Editor, a melhor solução para uma eventual mudança de formato de algumas Listas Regionais, com vista a optimizar consumos de papel e custos de impressão.

3. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Vamos, de seguida, apresentar um conjunto de indicadores de natureza económica e financeira que ilustram a actividade desenvolvida ao longo do semestre.

3.1. Volume de Vendas / Facturação.

As Vendas comparadas do 1º semestre de 2007, versus período homólogo de 2006, ventiladas por grandes famílias de Produtos evoluíram do seguinte modo:

Famílias	2007	2006	Varição (+/-)
Revistas	9.065,2	8.969,1	96,1
Suplementos	2.782,1	3.389,7	(607,6)
Exportação	94,4	119,2	(24,8)
Boletins	0	8,9	(8,9)
Catálogos / Folhetos	3.842,2	2.256,4	1.585,8
Listas	1.391,1	1.671,4	(280,3)
	<b>18.175,0</b>	<b>16.414,7</b>	<b>1.760,3</b>

NOTA: valores em milhares de Euros.

O quadro ilustra um desvio global líquido global de cerca de 1.760 mil Euros (10,72%) e sublinhamos líquido, porquanto não reflecte o efeito da dedução de rappel que representou, respectivamente, 1.014 mil euros no 1º semestre de 2007, contra 1.162 mil euros no semestre homólogo de 2006, determinando que as Vendas Líquidas de rappel do 1º semestre de 2007 atingissem 17.161,2 mil euros, contra 15.252,2 mil euros no 1º semestre de 2006, determinando um desvio favorável global de 1.909 mil euros (12,5%).

A comparação com os objectivos assinalados no Programa Económico-Financeiro para o semestre ilustra um desvio global ainda favorável de cerca de 775 mil Euros (4,7 %).

A análise por Famílias denuncia desvios favoráveis em “Revistas” e “Catálogos/Folhetos” de , respectivamente, 96 mil euros e 1.585 mil euros e desfavoráveis em “Suplementos” de 607 mil euros, “Exportação” de 25 mil euros, “Boletins” de 9 mil euros e, finalmente, “Listas Telefónicas” de 280 mil euros.

O desvio favorável registado em “Revistas”, traduz o início do contrato de impressão do Expresso ( 1º caderno e Caderno de Economia), que envolve também suplementos comerciais, ponderado com a perda, por suspensão por parte dos Editores da publicação de alguns títulos, designadamente, *Gente Jovem*, *Mega Score*, *Êxito*, *Viva Mais*, e *Caras Angola*.

O desvio favorável registado em “Folhetos/Catálogos”, reflecte o esforço conseguido de penetração no segmento dos Grupos de Distribuição, o resultado de uma acção proactiva da Direcção Comercial junto de tal mercado e o dinamismo crescente de tal nicho.

Tendo em conta as tiragens de tais trabalhos e ainda que as margens líquidas desta operação sejam esmagadas, determinam volumes de facturação interessantes, pelo que continuam a ser um nicho ao qual se dedica particular atenção.

O desvio desfavorável registado em “Suplementos” reflecte a perda de alguns títulos, designadamente “*Espaços e Casas*” que mudou de unidade gráfica no quadro do acordo celebrado com o Editor, “*Cartaz PT*”, e “*Correio Vidas*”, títulos da Cofina que deixaram de ser editados, “*Xis*”, suplemento do Público que deixou de ser editado, e “*Dez*”, suplemento do Record que também deixou de ser editado.

A perda derivada dos títulos abandonados pelos editores foi, de certo modo, minorada pelo crescimento registado em “Outros Suplementos Expresso” e “Outros Suplementos Lusomundo”, rubricas que englobam títulos de publicação não regular dos dois editores no âmbito de parcerias que tendem a consolidar-se.

A Família “*Boletins*” revela um desvio desfavorável marginal de cerca de 9 mil Euros, porquanto o Departamento deixou de laborar, uma vez terminado o contrato de impressão que vinha sendo mantido desde há longos anos com a Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa.

A Família “*Exportação*” revela um desvio desfavorável marginal de cerca de 25 mil Euros, deixando indiciar que o crescimento no mercado externo é bastante difícil, não só por razões ligadas a competitividade de preços mas, fundamentalmente, por razões de logística e cumprimento de prazos.

A Família “*Listas Telefónicas*” patenteia um desvio desfavorável de cerca de 280 mil Euros, fundamentalmente derivado da política editorial de Páginas Amarelas, bem como de uma política de distribuição mais selectiva, que determinou redução de tiragens.

Aos valores de Vendas acima assinalados haverá que adicionar os Proveitos Suplementares/Operacionais relevados no período que representaram cerca de 610 mil Euros, contra 653 mil Euros em semestre homólogo de 2006 e 825 mil Euros inscritos no Programa Económico-Financeiro para o período correspondente.

Da consolidação de todo o tipo de Proveitos Operacionais (Vendas de Produtos e Serviços/Proveitos Suplementares/Outros proveitos Operacionais) decorre que o primeiro semestre de 2007 revela uma extensão de 17.771 mil Euros, contra 15.905 mil Euros em semestre homólogo de 2006 e 17.212 mil Euros no Programa Económico-Financeiro, evidenciando desvios favoráveis de cerca de 1.865 mil Euros, e 559 mil Euros, respectivamente.

### 3.2. Imobilizações

O valor das imobilizações líquidas evoluiu do seguinte modo entre Dez/06e Jun/07

	2007	2006	Varição (+/-)
Imobilizações Corpóreas/Incorpóreas	30.785	33.344	(2.559)
Imobilizações em Curso	127	80	47
Imobilizações Financeiras	12.600	13.895	(1.295)
<i>NOTA: valores em milhares de Euros.</i>	<b>43.512</b>	<b>47.319</b>	<b>(3.807)</b>

A redução operada em Imobilizações Corpóreas/Incorpóreas deriva da conjugação de aquisições realizadas no semestre de cerca de 93 mil Euros, de amortizações efectuadas no período de cerca de 2,695 milhões de Euros, de regularizações (abates) praticadas representando cerca de 76 mil euros e das despesas incorridas com o aumento de capital representativas de cerca de 119 mil Euros.

O incremento registado no semestre em Imobilizações em Curso, com a extensão de 47 mil Euros, decorre das adições ocorridas no período associadas ao projecto de licenciamento industrial/ambiental

A redução registada em Imobilizações Financeiras, com a extensão de 1,295 milhões de Euros derivou da afectação de parte da Provisões para Outros Riscos e Encargos, constituída em período anterior, à potencial perda de idêntico valor registado em “Partes de Capital em Empresas do Grupo” relativamente a uma subsidiária.

As participações financeiras detidas pela Lisgráfica em 30 de Junho de 2007 são as constantes do Quadro abaixo:

<b>Empresas Detidas</b>	<b>Valores Contabilísticos</b>	<b>Capital Social</b>	<b>% Capital Social</b>
<b>Gestigráfica</b>	13.880	52,5	100

*Nota: Valores em milhares de Euros.*

Apesar de a apresentação de Contas Consolidadas não concorrer com informação e dados relevantes para os Senhores accionistas e para o Mercado, e a despeito da imaterialidade do impacto das Empresas Subsidiárias, vai a Empresa continuar a apresentar no semestre em análise Contas Consolidadas à luz das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), dando assim satisfação às recomendações emanadas da CMVM em ordem ao cumprimento da legislação em vigor.

3.3. Valores Activos e Passivos

As rubricas que integram o Activo e o Passivo evoluíram assim:

Activo	30.06.07	31.12.06	Varição (+/-)
Disponível	3.440	4.614	(1.174)
Créditos C/Prazo	20.541	14.533	6.008
Créditos M/L Prazo	719	1.418	(699)
Existências	1.348	1.356	(8)
Imobilizações	43.512	47.319	(3.807)
Acréscimos / Diferimentos	1.975	1.575	400
<i>Nota: Valores em milhares de Euros.</i>	<b>71.535</b>	<b>70.815</b>	<b>720</b>

Passivo	30.06.07	31.12.06	Varição (+/-)
Provisão Riscos e Encargos Diversos	200	2.231	(2.031)
Débitos C/ Prazo	43.871	37.176	6.695
Débitos M/L Prazo	19.728	27.488	(7.760)
Acréscimos / Diferimentos	3.502	3.191	311
<i>Nota: Valores em milhares de Euros</i>	<b>67.301</b>	<b>70.086</b>	<b>(2.785)</b>

As variações mais significativas nas rubricas do Activo Líquido, registaram-se nas Imobilizações, Créditos de C/ Prazo, Créditos de M/L Prazo e nas Disponibilidades todas no sentido da descida, com excepção dos créditos de curto prazo, que variaram em sentido inverso.

As Imobilizações registaram uma descida de cerca de 3.807 mil Euros, traduzindo aquisições/aumentos de cerca de 93 mil Euros, verificadas em Imobilizações Corpóreas, despesas incorridas com o aumento de capital de cerca de 119 mil Euros, amortizações praticadas no semestre de cerca de 2,695 milhões Euros,

alienações/abates de cerca de 76 mil Euros, acréscimo às Imobilizações em Curso de cerca de 47 mil Euros relacionados com o Projecto de Licenciamento Industrial e Ambiental, sendo que a redução registada em Imobilizações Financeiras, com a extensão de 1,295 milhões de Euros, derivou da afectação de parte da Provisões para Outros Riscos e Encargos, constituída em período anterior, à potencial perda de idêntico valor registado em “Partes de Capital em Empresas do Grupo” relativamente a uma subsidiária.

As Disponibilidades registaram uma queda de cerca de 1,174 milhões de Euros traduzindo, fundamentalmente, a queda verificada em Depósitos à Ordem de cerca de 3,360 milhões de Euros, derivada da utilização no semestre dos fundos gerados pelo pagamento da Gestprint no final do ano, do incremento verificado em Depósitos a Prazo de cerca de 2,036 milhões de Euros, fruto da constituição de um depósito a prazo no Mbcp de cerca de 2 milhões de Euros com parte dos mesmos fundos e do incremento de cerca de 148 mil Euros relevado em “Outras Aplicações de Tesouraria” e associado à valorização das acções do Mbcp detidas pela Empresa.

Ainda no sentido da descida, registou-se uma queda nas Dívidas de Terceiros, M/L, com uma expressão de 1.329 mil Euros. Tal evolução deriva da afectação de um valor de cerca de 705 mil Euros de parte da “Provisão para Outros Riscos e Encargos”, constituída em período anterior, à conta “Empresas do Grupo” cobrindo uma perda potencial num crédito detido sobre uma subsidiária e pelo facto de se ter considerado que a dívida da Gestprint será realizada no curto prazo.

A classe “Dívidas de Terceiros, c/ prazo” registou um aumento de cerca de 6,638 milhões de Euros, devido ao facto de terem sido apresentados separadamente no 1º semestre de 2007, quer no Activo como no Passivo, cerca de 6,680 e 3,679 milhões de euros relativos aos créditos cedidos a factoring e a letras descontadas, respectivamente. No entanto, no 1º semestre de 2007 verificou-se uma melhoria no prazo médio de recebimentos, bem como a rubrica “Outros Devedores” registou uma queda de cerca de 3,836 milhões de Euros, reflectindo a anulação da caução do ESAF no valor de 2,795 milhões de Euros e sua substituição por garantia bancária, bem como anulação de saldo da Eurofactor, de cerca de 143 mil Euros, compensada parcialmente pelo crescimento do saldo da BCP Factor, evidenciando um crescimento da carteira da ordem de 390 mil Euros; a rubrica “Empresas Participadas e Participantes” registou um incremento de cerca de 834 mil Euros, traduzindo entregas no semestre à Gestprint e consideração da realização da dívida com esta empresa associada no curto prazo, enquanto que na rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” se registou um crescimento de cerca de 34 mil Euros, traduzindo o pagamento especial por conta ocorrido no período.

As Existências reflectem uma queda residual de cerca de 9 mil Euros; tal evolução deriva da redução da Produção em Curso da ordem dos 38 mil Euros e do crescimento das existências de Matérias Primas e Subsidiárias de cerca de 29 mil Euros.

Os Acréscimos e Diferimentos denunciam um incremento de cerca de 400 mil Euros, registando Custos Diferidos um crescimento de 146 mil Euros explicados essencialmente pela especialização do *rappel* concedido a clientes, compensado parcialmente por uma redução de cerca de 36 mil Euros em Acréscimo de Proveitos. Adicionalmente, foram registados Impostos diferidos activos de cerca de 290 mil Euros.

Os Débitos a M/L Prazo registaram um aumento de 7,760 milhões de Euros em relação ao final de 2006, sendo de evidenciar as evoluções no sentido da descida em “Dívidas a Instituições de Crédito” de cerca de 4.377 mil Euros, “Fornecedores de Imobilizado, c/c” de cerca de 1.089 mil Euros, “Fornecedores, c/c” de cerca de 625 mil Euros, “Outros Empréstimos Obtidos” de cerca de 1.233 mil Euros e uma redução menos expressiva em “Estado e Outros Entes Públicos” de cerca de 435 mil Euros.

A variação ocorrida em “Dívidas a Instituições de Crédito” traduz a regularização de passivo financeiro, durante o semestre, designadamente a redução drástica do mútuo com o Mbcp, bem como a regularização das outras linhas contratadas.

A variação ocorrida em “Fornecedores de Imobilizado, c/c” resulta da reclassificação, em termos de vencimento, das responsabilidades de capital dos Contratos de Leasing, tendo em conta as rendas liquidadas no semestre e a não celebração de novos contratos.

A variação ocorrida em “Outros Empréstimos Obtidos” traduz a regularização de cerca de 1.219 mil Euros dos Programas de Papel Comercial, bem como a liquidação de cerca de 144 mil Euros de prestações ao IAPMEI associadas ao PEC.

A redução verificada em “Estado e Outros Entes Públicos” derivou do ajustamento do plano prestacional resultante da aprovação em 31/7/05 do PEC, relativamente às dívidas fiscais.

Os Débitos a Curto Prazo registaram um aumento de 6,695 milhões de Euros, sendo de evidenciar o decréscimo das rubricas “Dívidas a Instituições de Crédito” e “Outros Empréstimos Obtidos” em cerca de 148 mil Euros e 130 mil Euros, traduzindo o efeito do reescalonamento da dívida financeira em termos de vencimento, bem como a regularização de tal dívida ocorrida no semestre; no mesmo sentido evoluiu o saldo das rubricas “Estado e Outros Entes Públicos” que registou uma queda de cerca de 441 mil Euros, enquanto que a rubrica “Outros Credores” evoluiu em sentido contrário, registando um crescimento de cerca de 9,824 milhões de Euros, reflectindo um adiantamento de um fornecedor ligado ao negócio da apara de papel, assim como a apresentação no Passivo da dívida ao BCP Factoring, em resultado da cedência de créditos, e das letras descontadas à data de 30 de Junho de 2007.

Evoluíram, ainda, no sentido da descida as rubricas relacionadas com “Fornecedores” que, no seu conjunto, caíram cerca de 2.076 mil Euros, denunciando um esforço no sentido da melhoria do prazo médio de pagamentos, enquanto que a rubrica “Fornecedores de Imobilizado, c/c”, se reduziu em cerca de 334 mil Euros reflectindo a regularização de rendas de contratos de locação financeira e a respectiva reclassificação em termos de maturidade das rendas.

A rubrica “Empresas do Grupo” não registou evolução que mereça comentário.

Os Acréscimos e Diferimentos Passivos cresceram cerca de 310 mil Euros, em consequência da especialização dos custos associados às rendas das Instalações, no tocante ao Acréscimo de Custos e da redução de cerca de 83 mil Euros no que respeita a Proveitos Diferidos. No entanto, esta variação face a 31 de Dezembro de 2006 é fortemente justificada pelo registo de Impostos diferidos passivos durante o 1º semestre de 2007.

As Provisões para Outros Riscos e Encargos reduziram-se em 2 milhões de Euros em resultado da afectação a que procedemos no semestre, alocando 1,295 milhões de Euros a Imobilizações Financeiras e 705 mil Euros a Empresas do Grupo nas Dívidas de Terceiros a M/L Prazo, dando satisfação à recomendação de afectação objectiva de provisões genéricas.

3.4. Despesa

Os encargos do semestre evoluíram assim, face a período homólogo de 2006:

	2007	2006	Variação (+/-)
CMVMC	5.699	4.173	(1.526)
Subcontratos	246	235	(11)
FSE	4.238	4.080	(158)
Despesas C/ Pessoal	4.901	5.696	795
Despesas Financeiras	1.362	1.350	(12)
Amortizações/Provisões	2.695	2.748	53
Outras Despesas e Encargos	129	131	2
<i>Nota: Valores em milhares de Euros.</i>	<b>19.270</b>	<b>18.413</b>	<b>(857)</b>

Para um volume de actividade de 17,770 milhões de Euros, superior ao do 1º semestre do ano anterior em 1,865 milhões de Euros (11,7%), os Custos Totais assumiram a expressão de 19,3 milhões de Euros, registando uma variação desfavorável de cerca de 857 mil Euros (4,65%).

A comparação com o Programa Económico-Financeiro revela um desvio desfavorável de cerca de 1,305 milhões de Euros (7,3%), face a um desvio favorável de cerca de 559 mil Euros nas Vendas/Prestações de Serviço.

Representando cerca de 33,2% do volume das Vendas do primeiro semestre em 2007, contra 27,3% em período homólogo de 2006 e verificando-se um crescimento nominal de tais proveitos de 1.909 mil Euros o agravamento registado no CMVMC de 1.526 mil Euros no 1º semestre de 2007 representa um crescimento de 15 mil Euros nos Custos das Mercadorias Vendidas e cerca de 1.511 mil Euros no Custo das Matérias Consumidas a primeira parcela deriva de não ter ocorrido Venda de Mercadorias no semestre homólogo, enquanto que no tocante à segunda parcela os agravamentos repartem-se por Papel onde representam cerca de 955 mil Euros, Tintas com 514 mil Euros, Chapas com 25 mil Euros e Outros onde se registou um agravamento de cerca de 392 mil Euros.

A análise comparada dos consumos é consistente com os dados estatísticos relativos à produção, ilustrando um crescimento de impressão de 43 milhões de cadernos, com a tónica a residir no crescimento do consumo de papel, explicável pelo incremento da produção de Folhetos Catálogos, cujo desvio de cerca de 1,6 milhões de Euros justifica, só por si, o excesso de consumo de papel.

Da comparação com o Orçamento ressalta um desvio desfavorável de 532 mil Euros (10,3%).

A rubrica de Subcontratos registou um crescimento residual de 10,4 mil Euros (4,4%), representando 1,4% da facturação em 2007, contra 1,5% em 2006; o acréscimo verificado ocorreu fundamentalmente na rubrica Impressão, com uma extensão de cerca de 10,5 mil Euros, em consequência do maior recurso a subcontratação externa, registando-se evolução em sentido inverso na rubrica Acabamento, com uma redução de cerca de 2 mil Euro, que anula o desvio desfavorável da mesma extensão ocorrido em Fotolito.

Comparativamente com o Orçamento regista-se um desvio desfavorável de cerca de 65,7 mil Euros (36,5%).

Os FSE registaram um crescimento de 158 mil Euros (3,8%), representando 24,7% da facturação do 1º semestre de 2007, contra 26,7% em idêntico período de 2006.

O aumento de actividade ocorrida no semestre – 46 milhões de cadernos impressos - bem como a natureza semi-rígida de algumas das naturezas integradas nesta classe de custos justificam a evolução da despesa e o sinal do desvio.

Uma análise mais detalhada desta classe de custos revela a ocorrência de desvios desfavoráveis em Electricidade com 116 mil euros, Gaz com 13 mil euros e Combustíveis/Lubrificantes com 22 mil euros, todos relacionados com aumentos tarifários, Conservação com 69 mil euros, Rendas/Alugueres com 11 mil euros e Material de Embalagem com 12 mil euros, tudo totalizando cerca de 243 mil euros, valor compensado com desvios favoráveis registados em Água com 15 mil euros, Seguros com 22 mil euros, Trabalhos Especializados com 41 mil euros, Pessoal Cedido com 6 mil euros e Outros FSE com 8 mil euros

Relativamente ao Orçamento, a rubrica de FSE registou um desvio desfavorável de 308mil Euros (7,8%).

As Despesas com Pessoal reduziram-se cerca de 795 mil Euros (13,9%) em relação a idêntico período do ano transacto. Representando 28,6% da facturação, contra 37,3% no ano anterior, a respectiva redução nominal assenta, essencialmente, na redução de efectivos que acarretaram uma redução da rubrica Ordenados da ordem de 160 mil euros, com efeito directo em Refeições que registaram um decréscimo de cerca de 43 mil euros e Seguros da ordem de 19 mil euros. Em Horas Extraordinárias registou-se um desvio desfavorável de 31 mil euros, à semelhança de

Outras Despesas com Pessoal com cerca de 22 mil euros, enquanto que em Indemnizações/Prereformas se registou uma economia substancial de 613 mil euros.

Comparativamente com o Orçamento, registou-se um desvio desfavorável de 462 mil Euros (10,4%).

As Despesas Financeiras registaram um agravamento de 11 mil Euros (0,8%), traduzindo um peso relativo sobre a facturação de 7,9% contra 8,8% em período homólogo de 2006.

Apesar da redução ocorrida no Passivo Financeiro, registou-se um ligeiríssimo agravamento dos custos como reflexo da evolução das taxas de juro do crédito.

Uma análise mais detalhada ilustra um decréscimo em várias rubricas, designadamente, Juros de Leasing com expressão de cerca de 33,5 mil euros, Juros de Mora/Compensatórios com a expressão de cerca de 36,7 mil euros, Juros de Acordos Estado com a expressão de cerca de 14,5 mil euros.

Registaram-se desvios desfavoráveis nas rubricas Juros de Empréstimos Bancários com a expressão de cerca de 8,2 mil euros, Juros de Papel Comercial com a expressão de cerca de 24,8 mil euros, Juros de Factoring com a expressão de cerca de 59,4 mil euros e com expressão diminuta em Descontos de pp concedidos da ordem de 2,4 mil euros e Outros Encargos Financeiros da ordem de 1,3 mil euros.

Comparativamente com o Orçamento, registou-se um desvio de 21 mil Euros (1,6%).

Mantendo-se consistência total nos critérios utilizados nas amortizações e provisões, e tendo em consideração o movimento das imobilizações ocorrido no semestre, já explicitado em capítulo próprio, registou-se uma redução de 53 mil Euros (1,9%) nesta rubrica.

Todas as ocorrências – aquisições e alienações/abates – verificadas determinaram que os Equipamentos adquiridos em Leasing vissem as suas amortizações agravadas 9 mil Euros, os Bens Próprios registaram uma redução nas amortizações de 61 mil Euros.

Comparativamente com o Orçamento as Amortizações/Provisões registaram um desvio favorável de 11 mil Euros (0,4%).

A classe Outras Despesas e Encargos traduz uma economia residual de cerca de 2 mil euros, englobando as rubricas Impostos que concorreu com um agravamento de 53 mil Euros, Outros Custos Operacionais que concorreu com uma economia de 0,1 mil Euros e Custos Extraordinários que concorreu com uma economia de 55 mil Euros.

3.5. Capital Próprio

A respectiva evolução face a 31/12/06 foi a seguinte:

	30/06/07	31/12/06	Varição (+/-)
Capital/Acções Próprias	4.526	(274)	4.800
Reservas / Resultados Transitados/Ajustamentos	1.003	3.468	(2.465)
Resultados Líquidos do Semestre/Exercício	(1.295)	(2.465)	1.170
<i>Nota: Valores em milhares de Euros.</i>	<b>4.234</b>	<b>729</b>	<b>3.505</b>

A evolução registada no Capital Próprio deve-se ao resultado líquido do semestre, cuja explicação é fornecida no ponto 3.7, bem como às operações associadas ao aumento de capital ocorridas durante o semestre.

O valor inscrito como Capital compreende o Capital Social corrigido do valor de aquisição de 52.213 ações próprias que a Empresa detém desde há vários anos, contemplando já a alteração do valor nominal das ações.

A evolução verificada em Reservas/Resultados Transitados/Ajustamentos durante o semestre, em relação ao saldo registado no final do exercício de 2006, traduz a afectação a Resultados Transitados do prejuízo verificado no exercício anterior, por relevação da deliberação da Assembleia Geral, bem como à transferência de Euros 46.272 de Reservas de Reavaliação para Resultados Transitados, por alienação dos bens a que respeitavam.

A evolução registada em Capital Social/Ações Próprias, no valor de 4,8 milhões de euros, deriva da operação de aumento de capital ocorrida no exercício e consubstanciada na emissão de 96 milhões de ações de valor nominal unitário 0,05 euros, sujeitos a uma oferta pública de subscrição reservada a accionistas no exercício do pleno direito de preferência.

A relação Capitais Próprios/Capitais Alheios evoluiu de 1,9% em Jun/06 e de 1% em Dez/06 para 6,3% em Jun/07, em resultado do crescimento dos Capitais Próprios por efeito do aumento de capital operado no semestre e da redução expressiva do Passivo exigível – cerca de 8,4 e 2,8 milhões de Euros face a Jun/06 e a Dez/06, respectivamente - tendo o horizonte de exigibilidade melhorado significativamente como consequência das renegociações empreendidas.

### 3.6. Indicadores Económico-Financeiros e de Actividade

O quadro abaixo apresenta a evolução de alguns indicadores nos semestres em análise:

	unid.	2007	2006
Produção	(mil Euros)	17.771	15.905
Activo líquido	(mil Euros)	71.535	77.166
Capitais próprios	(mil Euros)	4.234	1.453
Despesas com pessoal	(mil Euros)	4.901	5.695
Produção per capita	(mil Euros)	98,2	86,4
Remuneração per capita	(mil Euros)	27,1	30,9
VAB	(mil Euros)	11.463	11.080
Meios libertos	(mil Euros)	1.400	847
Autonomia financeira	(%)	5,9	1,9
CMVMC / Facturação	(%)	33,2	27,3

3.7. Resultados

A evolução da rubrica Resultados foi a seguinte

	2007	2006
Resultados Operacionais	(125)	(1.090)
Resultados Financeiros	(1.172)	(1.317)
Resultados Correntes	(1.297)	(2.407)
Resultados antes de Impostos	(1.247)	(1.864)
Resultados Líquidos	(1.295)	(1.901)

*Nota: Valores em milhares de Euros.*

Os Resultados Operacionais apurados foram de (125) mil Euros, contra (1.090) mil Euros em 2006, resultando a variação positiva de 965 mil Euros da diferença positiva apurada nas Margens Brutas de cerca de 384 mil Euros, prejudicada pelos agravamentos registados nalgumas outras componentes dos Custos Operacionais – Subcontratos/FSE de cerca de 167 mil Euros e Outros Custos Operacionais de cerca de 52 mil euros – e atenuada por economias registadas noutras rubricas de Custos Operacionais, designadamente, Despesas com Pessoal de cerca de 793 mil Euros, Amortizações/Provisões de cerca de 53 mil Euros.

Tendo sido explicado com detalhe a evolução dos Custos em 3.4 importa sublinhar que o comportamento das Margens Brutas se fica a dever a um crescimento nas Vendas de 1.909 mil Euros, prejudicada pelo incremento dos CMVC de cerca de 1.526 mil euros, também já explicado em 3.4.

Os Resultados Operacionais foram ainda afectados negativamente pela evolução dos Outros Proveitos Operacionais/Suplementares que registaram uma queda, face a semestre homólogo, de cerca de 43 mil Euros.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de 1.172 mil Euros negativos, contra 1.317 mil Euros negativos no semestre homólogo de 2006, resultando a diferença favorável de 145 mil Euros do agravamento residual registado em Encargos Financeiros de cerca de 12 mil Euros, já detalhadamente explicada no Capítulo Despesa e da diferença favorável de 157 mil Euros em Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes situaram-se no primeiro semestre de 2007 em (1.297) mil Euros negativos, contra (2.407) mil Euros positivos no período equivalente de 2006, resultando a diferença de 1.110 mil Euros do efeito conjugado da melhoria dos Resultados Operacionais e dos Resultados Financeiros.

Os Resultados Extraordinários situaram-se no 1º semestre de 2007 em 50 mil Euros, contra 543 mil Euros em idêntico período de 2006, resultando a diferença de uma redução nos Proveitos Extraordinários de 2007 de cerca de 3548 mil Euros, acompanhada também de uma redução de Custos extraordinários mais modesto de cerca de 55 mil Euros.

O Resultado Líquido apurado no 1º semestre de 2007 foi de 1.295 mil Euros negativos, contra 1.901 mil Euros também negativos no semestre homólogo de 2006, reflectindo todos os condicionalismos em que a actividade foi desenvolvida, já atrás referidos, o efeito das medidas oportunamente implementadas pela gestão que implicaram a melhoria dos Resultados Operacionais – 965 mil Euros - uma melhoria nos Resultados Financeiros – 145 mil Euros - e uma redução nos Resultados Extraordinários – 493 mil Euros - , complementada com a diferença de extensão do imposto s/ rendimento do semestre – 48 mil euros em 2007, contra 37 mil euros em 2006 - .

O cash-flow atingiu 1.400 mil Euros, contra 847 mil Euros no semestre homólogo de 2006 registando, assim, uma melhoria de 553 mil Euros, reflexo da melhoria operada no resultado líquido de cerca de 606 mil Euros, associada a uma descida de cerca de 53 mil Euros na rubrica Amortizações/Provisões.

A Autonomia Financeira, já influenciada do efeito tributário, e como consequência da melhoria do resultado, e da operação de aumento de capital ocorrida no semestre, que determinaram um crescimento dos Capitais Próprios de cerca de 3,5 milhões de Euros, conjugada com um aumento dos Activos Líquidos de cerca de 720 mil de Euros face a 31 de Dezembro de 2006 e uma diminuição dos Activos Líquidos de cerca de 5,631 milhões de Euros face a 30 de Junho de 2006 , atingiu a expressão de 5,9%, contra um índice de 1,9% e 1%, verificado em Junho/06 e Dezembro/06, respectivamente.

#### 4. PERSPECTIVAS FUTURAS/FACTOS SUPERVENIENTES

Face à conjuntura em que decorreu a actividade no 1º semestre e às expectativas em que se estima decorra o 2º semestre, antevemos que a sociedade irá continuar a operar num quadro desfavorável, ainda que historicamente tal período se caracteriza por procura mais intensa de serviços gráficos por parte dos Editores.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, ao controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, ao aumento dos níveis de produtividade e eficiência, otimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a sociedade no panorama do Sector, designadamente, flexibilidade/agilidade, independência e equidistância, a par de preocupações pela qualidade e cumprimento dos prazos sem descuidar preocupações no âmbito do ambiente e segurança no trabalho.

Tendo superado os objectivos assinalados no Programa Económico-Financeiro para o 1º semestre em matéria de Proveitos, da ordem dos 775 mil Euros, e ultrapassado os do semestre homólogo em cerca de 1,9 milhões de Euros, registou-se um desvio desfavorável no que concerne a Custos de cerca de 1,3 milhões de Euros, factores que geraram um desvio no resultado esperado da ordem dos 675 mil euros; a despeito das considerações acima formuladas no que se prende com o quadro em que a actividade irá ser desenvolvida e tendo em conta o habitual crescimento da actividade na segunda metade do exercício, espera-se que no final do exercício tal desiderato seja cumprido, o que equivale a dizer que foi atingido o equilíbrio económico e o exercício de 2007 possa constituir o ano do regresso à faixa dos resultados positivos.

Paralelamente, e concretizada que foi a operação envolvendo o património imobiliário da Lisgráfica, e a passagem a um regime de arrendamento temporário, foi em conjunto com o ESAF formulado um estudo prévio visando o aproveitamento das parcelas desnecessárias à operação industrial e respectivo loteamento, e submetido à CMO, aguardando-se a respectiva decisão. O desenvolvimento de tal projecto permitirá a venda/arrendamento dos lotes aprovados com reflexo directo na redução da renda actual e partilha das mais-valias que se estimam vir a ocorrer, admitindo-se que a situação evolua até ao final do exercício.

A Acta Final e Contrato associados a tal Procedimento foram assinados em 31/07/05, o esquema prestacional de regularização iniciou-se em Setembro de 2005 e ir-se-á desenvolver com regularidade, dando lugar ao ajustamento de valor das Garantias Bancárias prestadas, como estabelece o contrato e como tem sido prática normal, tendo sido minoradas as exigências, em matéria de contra-garantias, por parte das Instituições que prestaram as garantias.

Relativamente à operação de aumento de capital para 5 milhões de Euros, a aprovação do prospecto da oferta pública ocorreu em 9 de Março, e o mesmo foi divulgado em 12 de Março, sendo que o prazo para o exercício dos direitos de subscrição decorreu entre 16 e 30 de Março, tendo os resultados da oferta e rateio sido divulgados no dia 4 de Abril, tendo todas as acções objecto de oferta sido subscritas.

Em 2 de Abril a Lisgráfica apresentou o pedido de admissão à negociação na Euronext das 96 milhões de acções a emitir na sequência de tal aumento de capital, pedido atendido em 30 de Julho de 2007, data em que a admissão à negociação das 96 milhões de novas acções derivadas do aumento de capital foi concedida, sendo que as novas acções se tornaram fungíveis com as 4 milhões de antigas acções assumindo o código LIG AE.

Em resultado da operação acima descrita a Gestprint aumentou a sua participação na Lisgráfica de 73,11% para 82,06%.

Associado à celebração do contrato com a Sojornal, visando a impressão do Expresso e outros suplementos comerciais por um período alargado de tempo, constituiu-se a Lisgráfica na obrigação de instalar no início de 2008 equipamento adequado, designadamente uma rotativa de 64 páginas.

Tendo sido seleccionada a Goss como fornecedora decorrem, neste momento, negociações tendentes ao financiamento de tal equipamento, cujo fabrico está em curso, estando contemplado o aproveitamento da dobradeira da rotativa Sunday nº 8.

Em 30 de Junho de 2007, a Empresa detinha títulos negociáveis, correspondentes e acções do Millennium BCP, que foram alienados durante o mês de Julho de 2007 pelo valor de 431.781 Euros, tendo gerado uma perda de 198.191 Euros, dos quais 171.620 Euros já haviam sido reconhecidos com custos de períodos anteriores

Queluz de Baixo, 31 de Agosto de 2007

*O Conselho de Administração*

*António Pedro Marques Patrocínio – Presidente*

*José Luís André Lavrador*

*José Pedro Franco Brás Monteiro*

**ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO NOS TERMOS DOS ARTIGOS NÚMEROS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

1 – Nos termos do nº 5 do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, quaisquer transacções envolvendo acções da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração.

2 – Nos termos do nº 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de accionistas que, na data de encerramento do semestre, eram titulares de acções da Empresa:

- GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.: 82.058.262 acções (82,06%).

**INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº1 DO ART.º 20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS (IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO)**

Em 30 de Junho de 2007 a GESTPRINT – S.G.P.S., S.A. detém 82.058.262 acções da LISGRÁFICA que representam 82,10% dos direitos de voto correspondentes.

**INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRAIS ANEXAS REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2007 (VALORES EM EUROS)**

Autofinanciamento	3.400.346
Acções próprias (Quantidade, Valor Unitário e Valor Nominal):	
52.213 a €0,05	2.610,65

Durante o primeiro semestre de 2007 não foram efectuadas operações sobre acções próprias.

## BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	30 de Junho de 2007			31.Dez.2006	30.Jun.2006
		AB	AA	AL	AL	AL
<b>IMOBILIZADO:</b>						
Imobilizações incorpóreas:						
Imobilizações incorpóreas em curso	10	118.779	-	118.779	-	-
		118.779	-	118.779	-	-
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento básico	10	100.558.035	70.978.144	29.579.891	32.144.666	34.446.604
Equipamento de transporte	10	1.293.017	963.627	329.390	424.615	435.068
Ferramentas e utensílios	10	57.287	51.778	5.509	8.006	10.938
Equipamento administrativo	10	1.190.979	965.628	225.351	248.193	276.213
Outras imobilizações corpóreas	10	758.482	289.633	468.849	477.120	485.766
Imobilizações em curso	10	127.355	-	127.355	80.000	245.526
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	10	56.620	-	56.620	41.000	41.000
		104.041.775	73.248.810	30.792.965	33.423.600	35.941.115
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	13.880.161	1.294.589	12.585.572	13.880.161	13.880.161
Títulos e outras aplicações financeiras	10	14.964	-	14.964	14.964	14.964
		13.895.125	1.294.589	12.600.536	13.895.125	13.895.125
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:						
Empresas do Grupo	16, 21 e 23	794.456	705.411	89.045	787.986	731.024
Empresas Participadas e Participantes		-	-	-	630.207	5.630.207
		794.456	705.411	89.045	1.418.193	6.361.231
<b>CIRCULANTE:</b>						
Existências:						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21 e 41	1.262.993	4.630	1.258.363	1.229.029	1.097.523
Produtos e trabalhos em curso	42	89.174	-	89.174	127.141	84.534
		1.352.167	4.630	1.347.537	1.356.170	1.182.057
Dívidas de terceiros - Curto prazo:						
Clientes, conta corrente		12.604.219	-	12.604.219	6.677.280	5.247.868
Clientes, títulos a receber		3.678.672	-	3.678.672	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	21 e 23	10.488.265	10.488.265	-	-	-
Empresas participadas e participantes	16	2.412.922	-	2.412.922	1.578.957	1.407.437
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	-	101.668
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		20.306	-	20.306	20.306	81.996
Estado e outros entes públicos	48	228.450	-	228.450	193.509	625.685
Outros devedores	21 e 23	2.362.134	135.998	2.226.136	6.062.566	9.756.825
		31.794.968	10.624.263	21.170.705	14.532.618	17.221.479
Títulos negociáveis:						
Outras aplicações de tesouraria	21 e 51	629.972	171.620	458.352	309.997	245.783
		629.972	171.620	458.352	309.997	245.783
Depósitos bancários e caixa:						
Depósitos bancários	51	2.978.875	-	2.978.875	4.302.713	1.070.106
Caixa	51	3.030	-	3.030	1.441	5.904
		2.981.905	-	2.981.905	4.304.154	1.076.010
Acréscimos e diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	49	3.516	-	3.516	38.878	129
Custos diferidos	49	1.681.948	-	1.681.948	1.536.280	1.243.083
Impostos diferidos activos	6	289.349	-	289.349	-	-
		1.974.813	-	1.974.813	1.575.158	1.243.212
Total de amortizações			73.248.810			
Total de ajustamentos			12.800.513			
Total do activo		157.583.960	86.049.323	71.534.637	70.815.015	77.166.012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

## BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	30.Jun.2007	31.Dez.2006	30.Jun.2006
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>				
Capital	36, 37 e 40	5.000.000	200.000	20.000.000
Acções próprias - Valor nominal	40	(2.611)	(2.611)	(261.065)
Acções próprias - Descontos e prémios	40	(471.510)	(471.510)	(213.056)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	7.196.951	7.196.951	7.196.951
Reservas de reavaliação	40	93.132	139.404	189.302
Reservas:				
Reserva legal	40	1.008.586	1.008.586	1.008.586
Outras reservas	40	8.424	8.424	8.424
Resultados transitados	40	(7.304.180)	(4.885.047)	(24.574.428)
Subtotal		5.528.792	3.194.197	3.354.714
Resultado líquido do semestre	40	(1.294.910)	(2.465.405)	(1.901.510)
Total do capital próprio		4.233.882	728.792	1.453.204
<b>PASSIVO:</b>				
Provisões:				
Outras provisões	34	200.287	2.230.851	2.636.845
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:				
Dívidas a instituições de crédito	50	2.225.923	6.603.290	7.465.044
Fornecedores, conta corrente	52	925.536	1.551.241	1.162.237
Outros empréstimos obtidos	50	6.893.677	8.127.355	8.847.659
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	5.170.245	6.258.779	7.082.109
Estado e outros entes públicos	48	4.512.431	4.947.029	5.381.627
		19.727.812	27.487.694	29.938.676
Dívidas a terceiros - Curto prazo:				
Empréstimos por obrigações:				
Não convertíveis		-	-	299
Dívidas a instituições de crédito	50	3.105.168	3.253.113	3.177.232
Fornecedores, conta corrente		10.359.612	11.929.792	13.519.948
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		87.567	208.367	276.031
Fornecedores - títulos a pagar		741.310	982.734	913.211
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		566.005	710.077	952.084
Empresas do grupo	16	11.076.285	11.077.053	9.868.892
Outros empréstimos obtidos	50	1.494.883	1.624.207	1.463.182
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	3.316.885	3.650.294	5.178.532
Estado e outros entes públicos	48	1.441.087	1.882.920	2.071.472
Outros credores	53	11.682.437	1.857.999	1.359.313
		43.871.239	37.176.556	38.780.196
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de custos	49	2.798.749	2.695.021	3.867.544
Proveitos diferidos	49	413.319	496.101	489.547
Impostos diferidos passivos	6	289.349	-	-
		3.501.417	3.191.122	4.357.091
Total do passivo		67.300.755	70.086.223	75.712.808
Total do capital próprio e passivo		71.534.637	70.815.015	77.166.012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

## LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006  
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	30 de Junho de 2007		30 de Junho de 2006	
<b>CUSTOS E PERDAS</b>					
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:					
Mercadorias	41	14.710		-	
Matérias	41	5.684.085	5.698.795	4.172.672	4.172.672
Fornecimentos e serviços externos			4.484.496		4.314.732
Custos com o pessoal:					
Remunerações		3.499.742		3.712.986	
Encargos sociais:					
Outros		1.401.426	4.901.168	1.982.580	5.695.566
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10		2.695.257		2.748.057
Impostos		114.586		62.000	
Outros custos e perdas operacionais		1.766	116.352	1.915	63.915
			17.896.068		16.994.942
(A) Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros				12.178	
Juros e custos similares:					
Outros	45	1.361.883	1.361.883	1.338.323	1.350.501
			19.257.951		18.345.443
(C) Custos e perdas extraordinários	46		12.270		67.280
			19.270.221		18.412.723
(E) Imposto sobre o rendimento do semestre	48		48.400		37.485
			19.318.621		18.450.208
(G) Resultado líquido do semestre			(1.294.910)		(1.901.510)
			18.023.711		16.548.698
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>					
Vendas:					
Mercadorias	44	14.710		-	
Produtos	44	17.146.478	17.161.188	15.252.168	15.252.168
Variação da produção	42		(37.967)		12.715
Proveitos suplementares		647.542		640.571	
Reversões de ajustamentos	21	100	647.642	-	640.571
			17.770.863		15.905.454
(B) Rendimentos de participações de capital	45	5.314		4.096	
Reversões de ajustamentos	21 e 45	148.355		-	
Outros juros e proveitos similares	45	36.658	190.327	29.216	33.312
			17.961.190		15.938.766
(D) Proveitos e ganhos extraordinários	46		62.521		609.932
			18.023.711		16.548.698
(F) Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			(125.205)		(1.089.488)
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =			(1.171.556)		(1.317.189)
Resultados correntes: (D) - (C) =			(1.296.761)		(2.406.677)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			(1.246.510)		(1.864.025)
Resultado líquido do semestre: (F) - (G) =			(1.294.910)		(1.901.510)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

**LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**  
**PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	30 de Junho de 2007	30 de Junho de 2006
Vendas e prestações de serviços	44	17.161.188	15.252.168
Custo das vendas e das prestações de serviços		( 16.364.757 )	( 14.833.339 )
<i>Resultados brutos</i>		796.431	418.829
Outros proveitos e ganhos operacionais	54.a)	670.930	1.193.888
Custos de distribuição	54.b)	( 368.273 )	( 383.030 )
Custos administrativos	54.c)	( 1.024.127 )	( 1.028.174 )
Outros custos e perdas operacionais		( 70.885 )	( 732.875 )
<i>Resultados operacionais</i>		4.076	( 531.362 )
Custo líquido de financiamento	54.d)	( 1.250.586 )	( 1.348.332 )
Ganhos(perdas) em outros investimentos		-	15.669
<i>Resultados correntes</i>		( 1.246.510 )	( 1.864.025 )
Impostos sobre os resultados correntes		( 48.400 )	( 37.485 )
<i>Resultados correntes após impostos</i>		( 1.294.910 )	( 1.901.510 )
<i>Resultado líquido do semestre</i>		( 1.294.910 )	( 1.901.510 )

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Carneira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.d), infra, pelo que as mesmas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos activos, passivos, proveitos e custos.

A Empresa apresenta separadamente demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelos *International Accounting Standards Board* ("IASB"), as quais evidenciam capitais próprios e um resultado consolidado líquido negativo do semestre findo em 30 de Junho de 2007 de 4.071.908 Euros e 1.253.021 Euros, respectivamente.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem as despesas incorridas com aumentos de capital, encontram-se registadas ao custo, as despesas com aumentos de capital são amortizadas durante um período de três anos e os trespases são amortizados no período em que se estima recuperar os investimentos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sobre os valores de custo ou reavaliado dos imobilizados, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	8 a 14
Ferramentas e utensílios	8 a 10
Equipamento administrativo	6 a 16
Outras imobilizações corpóreas	16

Como resultado das reavaliações legais efectuadas (Nota 12), as amortizações do semestre findo em 30 de Junho de 2007, foram aumentadas em 46.272 Euros. Este montante não é aceite em 40% como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em 93.132 Euros (Nota 13).

A Empresa classifica as despesas suportadas com grandes reparações efectuadas no equipamento básico que comprovadamente prolongarão a sua vida útil como custo adicional desse equipamento. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante o seu período estimado de realização.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b), são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo estão registados pelo método da equivalência patrimonial. Na data da primeira aplicação deste método (1 de Janeiro de 1997) as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas reportados a essa data, foram registadas no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Em exercícios subsequentes, o valor das participações financeiras foi ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros, bem como por outras variações verificadas nos capitais próprios dessas empresas por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas) como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao respectivo valor de mercado.

f) Ajustamentos em créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos em créditos de cobrança duvidosa foram calculados com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

g) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

h) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento da aquisição de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

i) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados.

j) Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos relacionados com diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação não foram registados, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 28 (Nota 6).

k) Outras aplicações de tesouraria

As aplicações de tesouraria referem-se a aplicações em acções e encontram-se registadas ao custo de aquisição, ajustado ao respectivo valor de mercado.

l) Letras descontadas e operações de “factoring”

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas à data do balanço e os montantes adiantados pelas empresas de “factoring” são evidenciados no passivo, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização de exercícios.

## 6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até o limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2003 a 2007 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2007.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 30 de Junho de 2007, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 12.643.000 Euros, os quais caducam conforme segue:

2007	99.000
2008	6.187.000
2011	939.000
2012	4.440.000
2013	978.000
	<u>12.643.000</u>

Em 30 de Junho de 2007 os impostos diferidos passivos de 289.349 Euros, estão relacionados com a reavaliação de imobilizações, tendo a Empresa optado por registar impostos diferidos activos até à concorrência daquele montante, uma vez que a sua expectativa relativamente ao excedente daquele valor, não é realizável ou exigível no período de reversão das respectivas diferenças temporárias.

Movimentos nos Impostos diferidos activos e passivos

	<u>Activos por impostos diferidos</u>	<u>Passivos por impostos diferidos</u>
	Prejuízos fiscais reportáveis	Reavaliação de imobilizações corpóreas
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-	-
Aumento	289.349	(289.349)
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u>289.349</u>	<u>(289.349)</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 a Empresa foi alvo de liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal, essencialmente em sede de IRC, Imposto sobre o Valor Acrescentado e Imposto Municipal sobre Transmissões, referentes ao exercício de 2004 de, aproximadamente, 1.195.000 Euros. É convicção do Conselho de Administração de que as mesmas não têm fundamento, pelo que foram objecto de reclamação.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 362 e 368 empregados, respectivamente.

## 10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, no semestre findo em 30 de Junho de 2007, bem como nas respectivas amortizações e ajustamentos, foi o seguinte:

Activo bruto				
Rubricas	Saldo inicial	Adições	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Imobilizações incorpóreas em curso	-	118.779	-	118.779
	-	118.779	-	118.779
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico	100.558.035	-	-	100.558.035
Equipamento de transporte	1.319.839	74.250	(101.072)	1.293.017
Ferramentas e utensílios	56.868	419	-	57.287
Equipamento administrativo	1.188.197	2.782	-	1.190.979
Outras imobilizações corpóreas	758.482	-	-	758.482
Imobilizações corpóreas em curso	80.000	47.355	-	127.355
Adiantamentos por conta de imobilizado em curso	41.000	15.620	-	56.620
	104.002.421	140.426	(101.072)	104.041.775
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	13.880.161	-	-	13.880.161
Títulos e outras aplicações financeiras	14.964	-	-	14.964
	13.895.125	-	-	13.895.125

Amortizações e ajustamentos					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Regularizações	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento básico	68.413.369	2.564.775	-	-	70.978.144
Equipamento de transporte	895.224	93.671	-	(25.268)	963.627
Ferramentas e utensílios	48.862	2.916	-	-	51.778
Equipamento administrativo	940.004	25.624	-	-	965.628
Outras imobilizações corpóreas	281.362	8.271	-	-	289.633
	70.578.821	2.695.257	-	(25.268)	73.248.810
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	-	-	1.294.589	-	1.294.589
	-	-	1.294.589	-	1.294.589

A transferência ocorrida em ajustamentos de partes de capital refere-se à reclassificação parcial da provisão constituída no exercício de 2006 no valor de 2.000.000 Euros anteriormente registada na rubrica “Outras provisões” (Nota 34).

## 12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu à reavaliação das suas immobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

## 13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de immobilizações corpóreas e correspondentes reavaliações efectuadas ao abrigo de disposições legais em 30 de Junho de 2007, líquidos de amortizações acumuladas e abates, é o seguinte:

	<u>Custos históricos</u>	<u>Reavaliações</u>	<u>Valores contabilísticos reavaliados</u>
Equipamento básico	<u>831.162</u>	<u>93.132</u>	<u>924.294</u>

## 15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2007, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	<u>Custo histórico</u>	<u>Reavaliação</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Equipamento básico	56.301.646	7.310.632	(45.179.179)	18.433.099
Equipamento de transporte	933.949	-	(693.072)	240.877
Equipamento administrativo	79.745	-	(71.468)	8.277
Ferramentas e utensílios	36.617	-	(33.565)	3.052
	<u>57.351.957</u>	<u>7.310.632</u>	<u>(45.977.284)</u>	<u>18.685.305</u>

Em 30 de Junho de 2007, a Empresa tinha registado na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta corrente” 8.233.475 Euros relativos a contas a pagar às locadoras, dos quais 5.170.245 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano, e são como segue:

2007	<u>3.063.230</u>
2008	2.336.862
2009	2.678.007
2010	155.376
	<u>5.170.245</u>
	<u>8.233.475</u>

### Locação Operacional

Em 30 de Junho de 2007 e 2006, as locações operacionais existentes respeitam essencialmente a viaturas cujos prazos de locação são de 4 anos e à locação das instalações, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A. (“ESAF”) pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada e faculdade de retoma a partir do 8º ano. Sublinha-se que as responsabilidades futuras poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objecto do contrato em apreço venham a ser parcialmente desafectadas, no quadro de um projecto imobiliário conduzido pelo ESAF em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras.

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, os custos incorridos incluídos na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” relativos a aqueles contratos de locação operacional são conforme segue:

	<u>30.06.2007</u>	<u>30.06.2006</u>
Fornecimentos e serviços externos	<u>1.598.509</u>	<u>1.588.376</u>

Em 30 de Junho de 2007, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional vencem-se como segue:

2007	3.212.234
2008	3.183.143
2009	3.117.377
2010	3.070.560
2011	3.056.421
2012 e seguintes	<u>21.559.267</u>
	<u>37.199.002</u>

### 16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 30 de Junho de 2007, os principais elementos financeiros das empresas do grupo extraídos das respectivas demonstrações financeiras não auditadas naquela data, eram como segue:

Empresas do grupo:

<u>Designação</u>	<u>Activo</u>	<u>Capital próprio</u>	<u>Proveitos totais</u>	<u>Resultado líquido</u>	<u>Percentagem de participação efectiva</u>	<u>Valores de balanço (Nota 10)</u>
GESTIGRÁFICA - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica") (a)	13.430.604	13.375.057	-	(228)	90,48	13.880.161

- (a) O valor do investimento financeiro na Gestigráfica foi acrescido da menos-valia líquida apurada no exercício de 1999 relativa à alienação de uma participação financeira àquela empresa de 535.303 Euros, tendo sido deduzido de outras regularizações de 30.426 Euros. Em 30 de Dezembro de 2006, a Gestigráfica alienou a participação financeira na Naveprinter pelo valor de 859.370 Euros. Adicionalmente, no exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital da Gestigráfica, pelo seu valor nominal que ascende a 5.000 Euros, pelo que a Empresa apropriou-se de 100% do capital próprio da mesma, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o referido acordo é irrevogável. Os montantes apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas da empresa do grupo em 30 de Junho de 2007. Adicionalmente, a Gestigráfica detém uma participação financeira de 100% do capital da Grafilis, totalmente provisionado, por aquela empresa participada não ter vindo a desenvolver qualquer actividade nos últimos exercícios.

Em 30 de Junho de 2007, os saldos com empresas do grupo e relacionadas, são conforme segue:

	Activo			Passivo	
	Empresas do grupo, participadas e participantes			Fornecedores, conta corrente	Empresas do grupo
	Cientes, conta corrente	Curto prazo	Médio e longo prazo		
Gestigráfica	-	-	-	-	11.076.285
GRAFILIS - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis") a)	6.950	-	794.456	738	-
GESTPRINT - SGPS, S.A. ("Gestprint")	-	2.412.922	-	-	-
	<u>6.950</u>	<u>2.412.922</u>	<u>794.456</u>	<u>738</u>	<u>11.076.285</u>

a) Do saldo da rubrica "Empresas do grupo, participadas e participantes" da Grafilis no valor de 794.456 Euros, 705.411 Euros encontra-se ajustado (Nota 21).

No semestre findo em 30 de Junho de 2007, as transacções com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	Fornecimentos e Serviços Externos
Gestprint	150,000
	<u>150,000</u>

## 21. AJUSTAMENTOS

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos:

Rubricas	Saldo inicial	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ajustamentos em existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.630	-	-	-	4.630
	<u>4.630</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.630</u>
Ajustamentos em dívidas de terceiros:					
Clientes de cobrança duvidosa	10.475.533	-	-	12.732	10.488.265
Empresas do grupo	-	-	-	705.411	705.411
Outros devedores	9.646.701	(100)	(9.497.871)	(12.732)	135.998
	<u>20.122.234</u>	<u>(100)</u>	<u>(9.497.871)</u>	<u>705.411</u>	<u>11.329.674</u>
	20.126.864	(100)	(9.497.871)	705.411	11.334.304
Ajustamentos em títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria (Nota 45)	319.975	(148.355)	-	-	171.620
	<u>20.446.839</u>	<u>(148.455)</u>	<u>(9.497.871)</u>	<u>705.411</u>	<u>11.505.924</u>

A transferência ocorrida em ajustamentos de dívidas de empresas do grupo refere-se à reclassificação parcial da provisão constituída no exercício de 2006 no valor de 2.000.000 Euros em "Outras provisões" (Nota 34).

A utilização nos ajustamentos de dívidas de outros devedores diz respeito à cessão dos créditos que a Empresa detinha sobre a Gilda Press pelo valor de 100 Euros.

### 23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 30 de Junho de 2007, existiam dívidas consideradas de cobrança duvidosa de 10.488.265, 705.411 e 135.998 Euros registadas nas rubricas de “Clientes de cobrança duvidosa”, “Empresas do grupo” e “Outros devedores”, respectivamente, estando ajustadas na sua totalidade (Nota 21).

### 26. DÍVIDAS TITULADAS

Em 30 de Junho de 2007, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas e operações de *factoring* de, aproximadamente, 3.679.000 Euros e 5.474.012 Euros, respectivamente (Nota 53).

### 28. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EM MORA

Em 30 de Junho de 2007, existiam contas a pagar em mora em sede de outros impostos de 33.582 Euros (Nota 48), que não se encontravam incluídos no procedimento extrajudicial de conciliação.

### 29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 30 de Junho de 2007, as dívidas ao Estado e outras entidades públicas e as dívidas a instituições de crédito, com vencimento a mais de cinco anos exclusive, ascendiam a 1.979.264 Euros (Nota 48) e 2.072.752 Euros (Nota 50), respectivamente.

### 30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

Em 30 de Junho de 2007, existiam empréstimos bancários e contratos de locação financeira garantidos por penhor mercantil sobre alguns equipamentos até 2.950.000 Euros e 2.000.000 Euros, respectivamente.

### 32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2007, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas a favor de terceiros de 11.583.523 Euros, que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

Dívida ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	3.995.571
Caução à ESAF (b)	2.795.456
Dívida à Direcção Geral de Impostos (a)	2.472.592
Dívida à Direcção Geral de Impostos (c)	1.207.971
Dívida do subsídio reembolsável obtido junto do IAPMEI (d)	862.148
Caução a EDP Serviço Universal (e)	180.767
Fornecimento de equipamentos informáticos (f)	69.018
	<u>11.583.523</u>

- (a) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 48)
- (b) Caução referente ao aluguer das instalações da Empresa substituída por garantia bancária
- (c) Garantia prestada no âmbito da dívida relativa a liquidação adicional efectuada pela Administração Fiscal referente ao exercício de 2004
- (d) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido junto do IAPMEI
- (e) Caução referente ao contrato de fornecimento de electricidade substituída por garantia bancária
- (f) Garantia prestada no âmbito do fornecimento de equipamentos informáticos

#### 34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

<u>Provisões</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Diminuições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Outras Provisões	<u>2.230.851</u>	<u>(30.564)</u>	<u>(2.000.000)</u>	<u>200.287</u>

A transferência ocorrida em “Outras provisões” no valor de 2.000.000 Euros refere-se à reclassificação da provisão constituída no exercício de 2006 para “Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas do Grupo” (Notas 10 e 21).

#### 36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2007, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 100.000.000 de acções com o valor nominal de cinco cêntimos de Euros cada.

#### 37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

A seguinte pessoa colectiva detém mais de 20% do capital subscrito em 30 de Junho de 2007:

<u>Nome</u>	<u>Percentagem</u>	<u>Montante</u>
Gesprint	82,06%	4.102.913

Em resultado da operação de aumento de capital social da Empresa, a Gestprint reforçou a sua participação, passando a deter 82.058.262 acções ordinárias, escriturais e ao portador, representativas de 82,0583% do capital social.

#### 40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, foi como segue:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Aplicação de resultados</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Capital	200.000	4.800.000	-	-	5.000.000
Acções próprias - valor nominal	(2.611)	-	-	-	(2.611)
Acções próprias - descontos e prémios	(471.510)	-	-	-	(471.510)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	7.196.951	-	-	-	7.196.951
Reservas de reavaliação (Nota 13)	139.404	-	-	(46.272)	93.132
Reserva legal	1.008.586	-	-	-	1.008.586
Outras reservas	8.424	-	-	-	8.424
Resultados transitados	(4.885.047)	-	(2.465.405)	46.272	(7.304.180)
Resultado líquido do exercício	<u>(2.465.405)</u>	<u>(1.294.910)</u>	<u>2.465.405</u>	-	<u>(1.294.910)</u>
	<u>728.792</u>	<u>3.505.090</u>	-	-	<u>4.233.882</u>

**Reserva legal:** A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Notas 12 e 13). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 30 de Maio de 2007, foi decidido transferir a totalidade do resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 para resultados transitados.

Em resultado da operação do aumento do capital social da Empresa no valor 4.800.000 Euros, este aumentou para 5.000.000 Euros representado por 100 milhões de acções no valor de 0,05 Euros cada.

#### 41. CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das matérias consumidas no semestre findo em 30 de Junho de 2007, foi determinado como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	-	1.233.659
Compras	14.710	5.739.382
Regularização de existências	-	(25.963)
Existências finais	-	(1.262.993)
Custos no exercício	14.710	5.684.085

#### 42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no semestre findo em 30 de Junho de 2007, é como segue:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências finais	89.174
Existências iniciais	(127.141)
	(37.967)

#### 43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007, foram como segue:

Conselho de Administração	96.891
Conselho Fiscal	10.250
	107.141

#### 44. VENDAS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços, no semestre findo em 30 de Junho de 2007, distribuem-se da seguinte forma:

Mercado interno	17.082.771
Mercado externo	78.417
	<u>17.161.188</u>

#### 45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	1.192.909	1.166.928
Ajustamentos de aplicações financeiras	-	12.178
Diferenças de câmbio desfavoráveis	216	224
Descontos de pronto pagamento concedidos	34.170	31.742
Outros custos e perdas financeiros	134.588	139.429
	<u>1.361.883</u>	<u>1.350.501</u>
Resultados financeiros	<u>(1.171.556)</u>	<u>(1.317.189)</u>
	<u>190.327</u>	<u>33.312</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	34.689	28.839
Rendimentos de participações de capital	5.314	4.096
Diferenças de câmbio favoráveis	342	377
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.627	-
Reversões de ajustamentos (Nota 21)	148.355	-
	<u>190.327</u>	<u>33.312</u>

#### 46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	5.986	5.986
Multas e penalidades	5.100	-
Outros custos e perdas extraordinários	1.184	61.294
	<u>12.270</u>	<u>67.280</u>
Resultados extraordinários	<u>50.251</u>	<u>542.652</u>
	<u>62.521</u>	<u>609.932</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Correcções relativas a exercícios anteriores	20.956	161
Ganhos em imobilizações e existências	-	336.148
Outros proveitos e ganhos extraordinários	41.565	273.623
	<u>62.521</u>	<u>609.932</u>

#### 48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2007, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

##### Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Pagamento especial por conta	226.930
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.520
	<u>228.450</u>

##### Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares - retenções na fonte	117.013
Colectivas - retenções na fonte	8.034
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	40.615
Imposto sobre o Valor Acrescentado	127.388
Contribuições para a Segurança Social	245.257
Outros impostos	33.582
Procedimento Extrajudicial de Conciliação (IVA, IRS e Segurança Social)	5.381.629
	<u>5.953.518</u>

- (a) Este montante respeita à estimativa de imposto de 48.400 Euros relativa ao semestre findo em 30 de Junho de 2007, líquida de retenções na fonte de 7.785 Euros.

As contas a pagar relativas a outros impostos incluem 33.582 Euros que não se encontra incluído no Procedimento Extrajudicial de Conciliação (Nota 28).

No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Direcção Geral de Impostos a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005 o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início em Setembro de 2005, ao abrigo do qual a Empresa prestou garantias bancárias ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos de 3.995.571 Euros e 2.472.592 Euros, respectivamente (Nota 32). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa, tendo sido acordado um conjunto de obrigações para a Empresa até ao final da execução das medidas.

Em 30 de Junho de 2007, as dívidas incluídas no referido procedimento venciam-se, conforme segue:

2007	869.197
2008	869.197
2009	869.197
2010	440.279
2011	354.495
2012 e seguintes (Nota 29)	1.979.264
	<u>5.381.629</u>

#### 49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2007, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

##### Acréscimos de proveitos:

Juros a receber	3.516
-----------------	-------

##### Custos diferidos:

Peças para conservação de máquinas	1.195.894
Rendas de edifícios e instalações	254.702
Seguros	89.977
Juros antecipados	88.942
Outros	52.433
	<u>1.681.948</u>

##### Acréscimos de custos:

Remunerações a liquidar	1.461.191
Rappel a liquidar	983.550
Juros vencidos e não pagos	249.077
Fornecimentos e serviços externos	62.264
Seguros a liquidar	42.667
	<u>2.798.749</u>

##### Proveitos diferidos:

Subsídios ao investimento (Nota 3.h))	406.119
Outros proveitos diferidos	7.200
	<u>413.319</u>

#### 50. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2007, o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
<u>Empréstimos bancários:</u>			
Banco Português de Investimento, S.A. ("BPI") (a)	430.214	253.432	683.646
BPI (b)	188.173	560.024	748.197
Outros (c)	2.486.781	1.412.467	3.899.248
	<u>3.105.168</u>	<u>2.225.923</u>	<u>5.331.091</u>
<u>Outros empréstimos:</u>			
Papel comercial (d)	1.207.500	5.696.250	6.903.750
IAPMEI (e)	287.383	1.197.427	1.484.810
	<u>1.494.883</u>	<u>6.893.677</u>	<u>8.388.560</u>
	<u>4.600.051</u>	<u>9.119.600</u>	<u>13.719.651</u>

(a) Este empréstimo (Nota 30), vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2% e destinou-se a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos.

(b) Este empréstimo (Nota 30) destinou-se a financiar a aquisição da participação financeira na Gestigráfica. O empréstimo vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%, estando as receitas do negócio de impressão de listas telefónicas consignadas como garantia.

- (c) Estes empréstimos vencem juros a taxas normais de mercado e incluem 1.094.855 Euros, registados a médio e longo prazo por não terem um plano de reembolso definido e não ser intenção da Empresa efectuar o seu reembolso no curto-prazo e 2.218.901 Euros relativos a descobertos bancários (Nota 51), os quais se encontram registados no curto prazo.

Em 30 de Junho de 2007, o plano de reembolso dos empréstimos bancários, exceptuando a parcela que não tem plano de reembolso definido, supra referida, no total de 4.236.236 Euros, é conforme segue:

2007	3.105.168
2008	930.126
2009	200.942
	<u>4.236.236</u>

- (d) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. O plano de reembolso do papel comercial é o seguinte:

2007	1.207.500
2008	1.036.250
2009	840.000
2010	2.350.000
2011	540.000
2012	605.000
2013	325.000
	<u>6.903.750</u>

- (e) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BPI. A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade de 922.019 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação, tendente ao seu pagamento num plano de oitenta e quatro prestações mensais e iguais de 23.948 Euros, sem juros vencidos e com juros vincendos à taxa de 2,5% por ano, o qual foi iniciado em Setembro de 2005. Em 30 de Junho de 2007, o valor em dívida ascendia a 1.484.810 Euros.

Em 30 de Junho de 2007, as dívidas a instituições de crédito, com vencimentos a mais de cinco anos exclusive, ascendiam a 2.072.752 Euros (Nota 29), e eram conforme segue:

Papel Comercial	930.000
Empréstimos bancários sem plano de reembolso definido	1.094.855
IAPMEI (i)	47.897
	<u>2.072.752</u>

#### 51. DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o detalhe de caixa e seus equivalentes é conforme segue:

	<u>30 de Junho de 2007</u>	<u>31 de Dezembro de 2006</u>
Depósitos à ordem	4.978	3.365.248
Depósitos a prazo	<u>2.973.897</u>	<u>937.465</u>
	2.978.875	4.302.713
Numerário	3.030	1.441
Outras aplicações de tesouraria	629.972	629.972
Descobertos bancários (Nota 50)	<u>(2.218.901)</u>	<u>(1.225.703)</u>
	<u><u>1.392.976</u></u>	<u><u>3.708.423</u></u>

Em 30 de Junho de 2007, os depósitos a prazo encontram-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 32).

#### 52. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 30 de Junho de 2007, na sequência de acordos estabelecidos com diversos fornecedores, a Empresa contratou o alargamento do prazo de pagamento de dívidas a fornecedores, vencendo-se no médio e longo prazo 925.536 Euros, sem vencimento de juros.

#### 53. OUTROS CREDORES

Em 30 de Junho de 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

<i>Factoring</i> (a)	5.474.012
Letras descontadas (Nota 26)	3.678.672
Adiantamentos de clientes	1.409.655
Outros	<u>1.120.098</u>
	<u><u>11.682.437</u></u>

(a) O saldo desta rubrica corresponde a financiamentos em regime de *factoring* com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado (Nota 26).

#### 54. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

- (a) A rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente “Proveitos suplementares”, “Outros proveitos e ganhos operacionais”, “Reversões de ajustamentos” e “Proveitos extraordinários”, no que se refere, essencialmente, à redução de provisões e outros proveitos e ganhos extraordinários.
- (b) A rubrica “Custos de distribuição” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente “Custos com o pessoal” no que se refere a pessoal afecto à distribuição e “Fornecimentos e serviços externos”, no que se refere, essencialmente, a serviços de transporte e expedição de mercadorias.
- (c) A rubrica “Custos administrativos” da DRF inclui, essencialmente, a rubrica “Outros custos e perdas operacionais” e “Custos com pessoal” da DRN das áreas administrativa e recursos humanos.

- (d) A rubrica “Custos líquidos de financiamento” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente “Custos financeiros” no que se refere a juros suportados e a outros custos financeiros, “Impostos” e “Proveitos financeiros”.

Queluz de Baixo, 31 de Agosto de 2007

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração:

Liliana Carneira Nunes

António Pedro Marques Patrocínio – Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Junho 2007	Junho 2006
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		20.645.330	16.234.962
Pagamentos a fornecedores		(11.935.747)	(10.090.534)
Pagamentos ao pessoal		(3.130.323)	(3.573.507)
		<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	2.570.921
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(110.234)	(45.187)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(2.677.630)	(1.769.508)
		<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>	756.226
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		-	992.109
Imobilizações corpóreas		6.000	15.908
Juros e proveitos similares		5.314	4.096
		11.314	1.012.113
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Investimentos financeiros		(311.759)	(161.137)
Imobilizações corpóreas		(405.062)	(514.287)
		(716.821)	(675.424)
		<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	336.689
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de :</b>			
Empréstimos obtidos		38.213.557	31.979.534
Aumento de capital		4.800.000	-
		43.013.557	31.979.534
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Empréstimos obtidos		(45.440.871)	(36.151.889)
Amortizações de contratos de locação financeira		(780.084)	(764.965)
Juros e custos similares		(1.193.938)	(913.694)
		(47.414.893)	(37.830.548)
		<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	(5.851.014)
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>			
<b>(4)=(1)+(2)+(3)</b>		(2.315.447)	(4.758.099)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>51</b>	3.708.423	5.256.414
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>51</b>	1.392.976	498.315

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

## RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL

### Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira individual do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 71.534.637 Euros e um total de capital próprio de 4.233.882 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.294.910 Euros) e nas Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e na Demonstração dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data e nos correspondentes Anexos.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa, preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, posteriormente ajustados com as quantias, ainda sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho.

### Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira individual histórica semestral de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

### Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades, dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311  
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa  
Tel. +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 930 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 135, 4150-146 Porto - Tel. +(351) 225 439 200 - Fax: +(351) 225 439 650

Member of  
Deloitte Touche Tohmatsu

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral individual.

## Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira individual do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## Ênfases

9. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Contudo, no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 e em exercícios anteriores a Empresa registou prejuízos e o activo circulante é inferior ao passivo de curto-prazo. Face ao exposto, a continuidade das operações da Empresa e, conseqüentemente, o momento e valor de realização dos seus activos e o montante e prazo de liquidação dos seus passivos, no curso normal das suas operações, dependem do sucesso futuro destas e da atempada concretização pelos accionistas de suporte financeiro adequado.
10. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 16 do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa irá preparar nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Lisboa, 31 de Agosto de 2007